



EDITAL

PREGÃO ELETRONICO Nº. 26/2021/DPMT

PROCESSO Nº.: 12213/2020 - Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

OBJETO: O certame e tela visa a futura e eventual contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, nos Setores Administrativos e Núcleos de Cuiabá e Interior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.



PREÂMBULO

PROCESSO Nº.: 12213/2020 - DEFENSORIA PÚBLICA.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

REGIME DE EXECUÇÃO: INDIRETA POR PREÇO UNITÁRIO

TIPO DE LICITAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

DATA DA REALIZAÇÃO: 01/07/2021

HORÁRIO PREVISTO PARA O INÍCIO DA SESSÃO: 09:00H (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTPS://WWW.COMPRASNET.GOV.BR](https://www.comprasnet.gov.br)

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO: ENVIAR PARA O ENDEREÇO [PREGOEIROS@DP.MT.GOV.BR](mailto:pregoeiros@dp.mt.gov.br)

EDITAL/TERMO DE REFERÊNCIA: O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER LOCALIZADOS NO SITE: [HTTP://WWW.DEFENSORIAPUBLICA.MT.GOV.BR/](http://www.defensoriapublica.mt.gov.br/), OU NA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, LOCALIZADO NA RUA 02, ESQUINA COM A RUA C, SETOR A, S/N, QUADRA 04, LOTE 04, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ, CEP: 78.049-050 DAS 12:00 ÀS 18:00. TELEFONES PARA CONTATO (65) 3648-8421, 3648-8438, 3648-8420, 3648-8422.

SETOR SOLICITANTE: Primeira Subdefensoria Pública-Geral.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, mediante o Defensor Público-Geral do Estado, ao final devidamente subscrito, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO**, para futura e eventual contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, nos Setores Administrativos e Núcleos de Cuiabá e Interior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, nos termos das Leis nº 8.666/1993, Le n. 10.520/2002, Decreto Federal n. 10.024/2019, nº 12.846/2013 e, no que couber, ante a autonomia administrativa da DPMT, e os Decretos Estaduais nº. 8.199/2006, nº. 840/2017, nº 572/2016, com suas respectivas alterações, observadas as condições estabelecidas no Edital deste procedimento licitatório e, seus anexos, que encontram-se disponíveis para download no site da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no endereço eletrônico www.dp.mt.gov.br no link Licitações ou no portal de compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br, podendo, também, ser encaminhado por meio correio eletrônico mediante solicitação direcionada ao e-mail pregoeiros@dp.mt.gov.br.

1. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

1.1. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da sessão pública de pregão eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DIA: 01 de julho de 2021



HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

Pregoeira: ANNA PAULA PELIZER designada pela Portaria 0851/2020/DPG, disponibilizado em 09/09/2020, ou JULIANA MOIMAZ FERRAZ designada pela Portaria 0851/2020/DPG, disponibilizado em 09/09/2020 que terá atribuição de decidir sobre todos os atos relativos a sessão.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema.

2. OBJETO

2.1. FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE PRESTARÁ SERVIÇOS DE REFORMAS E MANUTENÇÕES PREDIAIS (SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA), COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, COM O MAIOR DESCONTO A SER APLICADO NA PLANILHA DE SERVIÇO E INSUMO CONSTANTES DA TABELA SINAPI, NOS SETORES ADMINISTRATIVOS E NÚCLEOS DE CUIABÁ E INTERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E SEUS ANEXOS.

2.1.1. A licitação será dividida em lote, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens e/ou lote/grupo forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de catalogação de materiais (CATMAT) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.

3.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013, e Decreto Estadual nº 840/2002.

3.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados e desde que a adesão não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

3.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.5. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

3.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o



contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.3.5. em concurso de credores, dissolução, liquidação ou falência (exceto quando apresente o seu plano de recuperação aprovado pelo Judiciário);

5.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

- 5.4.1.1.** nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.4.1.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.4.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 5.4.3.** que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 5.4.4.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.4.5.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.4.6.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 5.4.7.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.4.8.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 5.4.9.** que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.
- 5.5.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei, com multa pecuniária de 03% (três por cento) sobre o valor do certame.
- 5.6.** No que couber, a empresa licitante, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:
- 5.7.** até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa; 6.10.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;
- 5.8.** de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento)
- 5.9.** A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada.
- 5.10.** A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa.



5.11. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.7. A ordem de classificação entre as propostas apresentadas será estabelecida pelo sistema do Comprasnet, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Percentual de desconto;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (dias) dias, a contar da data de sua apresentação.



7.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa licitante ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2. Será desclassificado o licitante que se identificar durante a sessão pública do certame.

8.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. A classificação da proposta em sua análise sumaria não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor total/unitário do item ou percentual de desconto.

8.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.1 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante bem como o intervalo entre lances ofertados no certame, seguirão os prazos adotados pelo Comprasnet, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela



possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.13. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.16. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.17. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

8.18. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.19. Ao lances de mesmo valor serão registrados na ordem estabelecida pelo sistema Comprasnet

8.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.21. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.23. O Critério de julgamento adotado será a melhor proposta, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance será consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.27. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa



de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio eletrônico pelo sistema, e classificados segundo o Comprasnet.

8.30. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.31. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.32. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.32.1. no país;

8.32.2. por empresas brasileiras;

8.32.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.32.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.33. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.34. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro averiguará a existência de empate ficto para só então encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.35. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.36. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.37. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.38. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

8.39. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

8.40. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

8.41. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

8.42. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de uma hora.

9.4.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta-

9.5. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.

9.6. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

9.6.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

9.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



9.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

10.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

10.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.



10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

10.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.9.9. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira.

10.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

10.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;



10.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.11. Qualificação Técnica

10.11.1 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou de direito privado idônea, estabelecidas no território nacional, que comprove o fornecimento do objeto ora licitado ou de características similares e que demonstre o efetivo cumprimento do que fora estabelecido no contrato ou instrumento equivalente.

10.11.2 A empresa deverá apresentar comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 profissional de nível superior, habilitado nas áreas de engenharia civil ou arquitetura, devidamente registrados nos respectivos Conselhos.

10.11.3 O profissional registrado pela empresa deverá comprovar em uma ou mais Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovação de execução de obra ou reforma com a área igual ou maior que 50% da área do Núcleo de referência do polo que a empresa tem interesse em participar do certame, conforme tabela abaixo:

Polos	Núcleo de Referência (maior Núcleo do Polo)	Atestado de capacidade técnica com área= 50% do Núcleo de referência:
Polo 01 – Cuiabá e VG	Sede Administrativa – 1.073,84 m ²	536,92 m ²
Polo 02 – Centro-sul	Núcleo de Cáceres – 418,13 m ²	209,06 m ²
Polo 03 – Norte	Núcleo de Sinop – 716,86 m ²	358,43 m ²
Polo 04 – Sudeste	Núcleo Cível de Rondonópolis – 743,00 m ²	371,50 m ²
Polo 05 – Nordeste	Núcleo de Água Boa – 305,22 m ²	152,61 m ²
Polo 06 – Oeste	Pontes e Lacerda – 185,10 m ²	92,55 m ²

10.12. Documentos adicionais



10.12.1. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

10.12.2. Declaração de cumprimento da Lei nº 9.879/2013

10.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de duas horas, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:



11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à licitante, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



13.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

13.4. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.5. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.6. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.1. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 15.1.

15.1.3. O prazo poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela DPE-MT.

15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato por meio de certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.3.

16.6. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.7. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.8. a licitante se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.9. a licitante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.10. O prazo de vigência da contratação será conforme descrito no instrumento contratual ou documento equivalente.

16.11. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.12. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.13. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.14. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.15. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16.16. Em caso de prestação de serviços de **forma contínua**, poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses.

17. DO PREÇO

17.1. As regras acerca da revisão ou reajuste do valor contratual são as estabelecidas na minuta do contrato anexa a este instrumento.



18. DO PRAZO DA ENTREGA E DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A entrega e/ou execução dos serviços poderá ser realizada em qualquer Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior, por isso a execução será dividida em polos descritos no Termo de Referência, Anexo I do presente edital.

18.2. Os serviços serão executados, no período e locais indicados por esta instituição (conforme a região dos itens). As necessidades dos serviços serão levantadas “in loco” por um membro da Coordenadoria de Infraestrutura Física da Defensoria Pública, juntamente com a empresa Contratada, sempre que possível. Após o levantamento, os serviços deverão ser planilhados por esta Instituição, de acordo com os itens disponíveis na tabela SINAPI vigente do Estado de Mato Grosso, estabelecida para o mês corrente da solicitação.

18.3. Na ausência de itens na tabela SINAPI vigente, deverá ser realizada composições com ao menos 03 (três) cotações dos itens, visando à definição do seu preço global. O preço final do item será obtido por meio da mediana entre as 3(três) ou mais cotações realizadas.

18.4. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pela Defensoria Pública, através da “Ordem de Serviço – OS”.

18.5. Anterior à liberação da Ordem de Serviço, deverão ser observados, obrigatoriamente, a emissão dos seguintes documentos:

- a) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;
- b) Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;
- c) Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;
- d) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;
- e) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- f) Manifestação formal da empresa por e-mail, quanto a sua concordância com os serviços, quantitativos e valores da planilha, bem como com o prazo especificado no cronograma físico-financeiro, ou apresentação das justificativas para a alteração do mesmo. A manifestação deverá ser realizada em um prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data de encaminhamento das planilhas e cronograma pela Coordenadoria de Infraestrutura Física;
- g) Aprovação dos custos e quantitativos pela Administração Superior, com a respectiva nota de empenho;
- h) Termo contratual, se for o caso.

18.6. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Coordenadoria de Infraestrutura Física encaminhará um e-mail à Contratada solicitando o início da obra, sendo que a empresa tem um prazo de 10(dez) dias corridos para efetivo início dos serviços. Quanto ao prazo para finalização dos serviços, a empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro de cada obra, o qual é fornecido pelo Contratante.

18.7. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a Empresa e a Defensoria Pública, e constará na Ordem de Serviço, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nos Núcleos, dentre outros. Quando não ocorrer esses fatos excepcionais, a obra deverá ser iniciada em até 10(dez) dias corridos, contados da solicitação formal (por e-mail) da Coordenadoria de Infraestrutura Física, conforme determinado acima.

18.8. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 (vinte e quatro) horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

18.9. Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas

atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.

18.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.

18.11. Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.

18.12. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.

18.13. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cujas amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

18.14. Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

18.15. A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.

18.16. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.

18.17. A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.

18.18. Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

18.19. Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.

18.20. Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.

18.21. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

18.22. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

18.23. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência à contratada (art. 67 da Lei nº8.666/93).



18.24. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

19. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE E DA DPE-MT

19.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste, a Empresa contratada se compromete a:

19.1.1. Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

19.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

19.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

19.1.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

19.1.5. Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

19.1.6. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

19.1.7. Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ARP, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

19.1.8. Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

19.1.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

19.1.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

19.1.11. Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);

19.1.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;

19.1.13. Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

19.1.14. Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

19.1.15. A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ARP, contrato e /ou documento equivalente;

19.1.16. Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;

19.1.17. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;

19.1.18. Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

19.1.19. Caso uma única empresa vença os 06 (seis) itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a 3(três) Polos de forma simultânea, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender a três Polos ao mesmo tempo;

19.1.20. Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

19.1.21. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;

19.1.22. Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;

19.1.23. A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;

19.1.23.1. Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrarem ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;

19.1.24. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;

19.1.25. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante;

19.1.26. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no presente Termo;

19.1.27. A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

19.1.28. Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;

19.1.29. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar

todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

19.1.30. Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;

19.1.31. Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

19.1.32. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do presente Termo correrão por conta exclusivos da contratada;

19.1.33. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);

19.1.34. A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.

19.1.35. Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

19.1.36. No que couber, a contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:

19.1.36.1. até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;

19.1.36.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;

19.1.36.3. de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).

19.1.37. A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada;

19.1.38. A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa;

19.1.39. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

19.2. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:



- 19.2.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa contratada nas dependências da Defensoria Pública;
- 19.2.2.** Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;
- 19.2.3.** Notificar a empresa consignatária de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/ prestação de serviço;
- 19.2.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 19.2.5.** Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 19.2.6.** Recusar os bens/serviços devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 19.2.6.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 19.2.6.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;
- 19.2.6.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 19.2.7.** O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela Defensoria Pública, no ato da entrega do produto/prestação do serviço e da nota fiscal pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;
- 19.2.8.** O recebimento provisório não implica sua aceitação;
- 19.2.9.** O recebimento definitivo dar-se-á, pela Defensoria Pública, após a verificação do cumprimento das especificações do produto/prestação do serviço, nos termos deste e da proposta vencedora, no prazo de até 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório;
- 19.2.10.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto nº 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- 19.2.11.** Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

20. DO PAGAMENTO

- 20.1.** O pagamento será realizado da seguinte forma:
- 20.1.1.** Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.
- 20.1.2.** Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.
- 20.2.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.



20.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

20.4. A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

20.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

20.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

20.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

20.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

20.9. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

20.10. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

20.11. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

20.12. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

20.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 16.9 e 16.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

20.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

20.14.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

20.14.2. Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

20.14.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atenda cláusula infringida;

20.14.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

20.15. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

20.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;



20.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, no que couber, na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, isoladamente ou cumulativamente, aplicar ao LICITANTE, nas hipóteses de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente; fraude na execução do contrato; comportamento inidôneo; cometimento de fraude fiscal; não manutenção da proposta e não sendo suas justificativas aceitas pela Administração, as seguintes penalidades:

22.1.1. Advertência por escrito, no caso de irregularidades de pequena monta;

22.1.2. Multa de mora, quando da inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, que será aplicada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

22.1.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

22.1.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

22.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

22.1.2.4. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.1.3. Para fins de cálculo do valor total em multas porventura devido pela contratada, considerar-se-á o somatório entre todas as penalidades desta espécie, aplicadas conforme o número de infrações verificadas e a quantidade de dias em que estas ocorrem;

22.1.4. Para os casos de multas não previstas neste Edital, aplicar-se-á o valor de até 2% (dois por cento) sobre o total empenhado, apurado até o momento da respectiva ocorrência, ou sobre o valor total contratado no caso de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente;

22.1.5. Ainda, o descumprimento injustificado das condições estabelecidas no cronograma de cada serviço estará sujeito às penalidades e condicionará a contratada às seguintes multas:

22.1.5.1. Quanto ao atraso no início de cada serviço:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis no início do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas

Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

22.1.5.2. Quanto ao atraso para finalizar o serviço:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

22.1.5.3. Quanto ao atraso para entrega de ART/RRT paga, quando solicitado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega da ART/RRT recolhida e paga, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

b) A partir do 4º dia útil até o 10º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviços emitidas para o serviço.

22.1.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordens de Serviços – O.S. emitidas.

22.1.7. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa.

22.2. Sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

22.2.1. Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por até 02 (dois) anos;

22.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, depois de ressarcido dos prejuízos causados;

22.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso e descredenciamento do SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se o licitante ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso consignado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

22.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3. A multa eventualmente imposta a contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

22.4. As multas e sanções previstas neste Edital não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração.



22.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a contratada ficará isento das penalidades mencionadas.

22.6. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Instituição.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até **03 (três) dias** úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiros@dp.mt.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, localizada na Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico pelo e-mail pregoeiros@dp.mt.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada na Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, localizada na Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050.

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



24.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.6. Fica assegurado a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, a qualquer momento do procedimento licitatório solicitar, às expensas da empresa interessada, quaisquer comprovações que julgar pertinentes e cabíveis para o correto decurso do processo.

24.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.dp.mt.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050, nos dias úteis, no horário das 12;00 horas às 18;00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.11.2. ANEXO II – Declaração de que não emprega menor;

24.11.3. ANEXO III– Declaração De Cumprimento Da Lei Estadual Nº 9.879/2013;

24.11.4. ANEXO IV - Ata de Registro de Preços;

24.11.5. ANEXO V– Minuta de Termo de Contrato.

Cuiabá, 14 de junho de 2021.

Autoridade competente
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

I - INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A CONTRATAÇÃO

1. Órgão: Defensoria Pública – DPE/MT

2. Número da Unidade Orçamentária: 10101.

3. Descrição de Categoria da despesa:

- ☐ Despesa de custeio
- ☐ Bens: ☐ consumo ☐ permanente
- ☒ Serviços: ☒ por demanda ☐ contínuo
- ☐ Serviços com fornecimento de bens
- ☐ Fornecimento de bens e serviços
- ☐ Capacitação
- ☐ Consultoria/Auditoria/Assessoria
- ☐ Equipamentos de TI

4. O critério de julgamento das propostas será:

- ☐ Menor Preço por Lote ☐ Maior Percentual de Desconto
- ☐ Menor Preço por Item ☒ Outro: Maior Percentual de Desconto por Lote

5. Unidade Administrativa Solicitante: Primeira Subdefensoria Pública-Geral.

II - FUNDAMENTAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS



1. OBJETO SINTÉTICO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, nos Setores Administrativos e Núcleos de Cuiabá e Interior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

2. HISTÓRICO DAS NECESSIDADES E DIFICULDADES ANTERIORES:

2.1. O histórico das necessidades anteriores (referente à vigência de 01 (um) ano das Atas de Registro de Preço atuais) encontram-se em anexo conforme as informações abaixo:

- Polo 1 – Cuiabá (ARP nº 37/2020): ANEXO I;
- Polo 2 – Centro-sul (ARP nº 37/2020): ANEXO I;
- Polo 3 – Norte (ARP nº 10/2020): ANEXO II;
- Polo 4 – Sudeste (ARP nº 10/2020): ANEXO II;
- Polo 5 – Nordeste (ARP nº 10/2020): ANEXO II;
- Polo 6 – Oeste (ARP nº 10/2020): ANEXO II.

2.2. A principal dificuldade encontrada nas Atas de Registro de Preço anteriores refere-se ao não cumprimento do cronograma físico-financeiro estipulado por esta Coordenadoria. Como as empresas realizam subcontratações de alguns serviços, as mesmas alegam dificuldade em encontrar mão-de-obra qualificada. Para que isso não venha a ocorrer novamente, foram estipuladas penalidades caso a empresa contratada não cumpra o cronograma estabelecido. Outra dificuldade encontrada nas ARPs anteriores é o oferecimento de percentual de desconto muito alto, o que acaba comprometendo o lucro da empresa, e consequentemente a qualidade dos serviços prestados pela empresa. Para um melhor controle da exequibilidade do desconto ofertado, foi alterada a forma de análise técnica das propostas das licitantes.

3. ELENCO DOS ITENS DA CATEGORIA SERVIÇOS:

3.1. A empresa realizará os serviços de reforma e de manutenção predial, incluindo o fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado nas planilhas de serviços e insumos, constantes da TABELA SINAPI. Os serviços serão pagos de acordo com os valores constantes da tabela SINAPI, do Estado de Mato Grosso, estabelecida para o mês corrente da solicitação, acrescido do BDI e com a incidência do desconto ofertado pela Licitante, conforme Anexos IV e V.

Lote	Polos	Valores	Média do percentual de desconto	Código PUG
01	Polo 01 – Cuiabá	R\$ 500.000,00	2,75%	00027033
02	Polo 02 – Centro-Sul	R\$ 200.000,00	2,75%	
03	Polo 03 – Norte	R\$ 600.000,00	0,39%	
04	Polo 04 – Sudeste	R\$ 600.000,00	2,25%	
05	Polo 05 – Nordeste	R\$ 400.000,00	2,67%	
06	Polo 06 – Oeste	R\$ 200.000,00	2,33%	
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA LICITAÇÃO R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos reais).				

3.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

A) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

1. A empresa deverá possuir registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

2. A empresa deverá ter a comprovação de que já executou serviços de engenharia e obras de reforma, conforme as áreas especificadas na tabela abaixo:



Polos	Núcleo de Referência (maior Núcleo do Polo)	Atestado de capacidade técnica com área= 50% do Núcleo de referência:
Polo 01 – Cuiabá e VG	Sede Administrativa – 1.073,84 m ²	536,92 m ²
Polo 02 – Centro-sul	Núcleo de Cáceres – 418,13 m ²	209,06 m ²
Polo 03 – Norte	Núcleo de Sinop – 716,86 m ²	358,43 m ²
Polo 04 – Sudeste	Núcleo Cível de Rondonópolis – 743,00 m ²	371,50 m ²
Polo 05 – Nordeste	Núcleo de Água Boa – 305,22 m ²	152,61 m ²
Polo 06 – Oeste	Pontes e Lacerda – 185,10 m ²	92,55 m ²

2.1. A comprovação deverá ser realizada através de um ou mais atestados de capacidade técnica, referente a serviços e/ou reforma em ambientes corporativos e fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Os atestados somados devem resultar em uma área igual ou maior que 50% da área do Núcleo de referência do polo que a empresa tem interesse em participar do certame (conforme tabela).

2.2. Para fins da qualificação técnica acima, serão considerados ambientes corporativos aqueles onde são desenvolvidas atividades administrativas de empresas de quaisquer setores econômicos, e que possuam sistema de ar condicionado e rede lógica.

B) QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

1. A empresa deverá apresentar comprovação de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, pelo menos 01 profissional de nível superior, habilitado nas áreas de engenharia civil ou arquitetura, devidamente registrados nos respectivos Conselhos.

2. O profissional registrado pela empresa deverá comprovar em uma ou mais Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovação de execução de obra ou reforma com a área igual ou maior que 50% da área do Núcleo de referência do polo que a empresa tem interesse em participar do certame (conforme tabela – A2).

C) JUSTIFICATIVA PARA A INCLUSÃO DE QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO:

1. O objetivo da inclusão dos quantitativos mínimos visa a busca de uma empresa que tenha condições técnicas de prestar um bom serviço para esta Instituição;

2. A quantidade mínima de qualificação observou os critérios dos lotes e está razoável e proporcional ao tipo e a quantidade de serviço que se espera contratar;

3. A inclusão dos quantitativos mínimos de qualificação são razoáveis e proporcionais com o mercado e não são critérios que restringem a participação de empresas no presente certame.

3.3. DA SUBCONTRATAÇÃO:

3.3.1. Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, conforme o Art.72, da Lei 8666/1993, desde que não superem 50% do valor total do serviço solicitado.

3.3.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e atendidos os seguintes requisitos:

a) Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;

b) Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

3.3.3. A Contratada, independente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

3.3.4. A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA A CONTRATAÇÃO:

4.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso é composta por vários Núcleos na capital e no interior, ocupando diversos edifícios entre unidades próprias e unidades locadas. Estes Núcleos necessitam da realização de manutenções prediais preventivas, manutenções prediais corretivas e reformas para o seu perfeito funcionamento.

4.2. A falta de manutenção predial preventiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso dos sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelos Núcleos. Além da necessidade constante de manutenção predial preventiva, tais instalações necessitam, com frequência, de manutenção predial corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados.

4.3. Além das manutenções prediais preventiva e corretiva, a Instituição possui uma demanda crescente de mudança das instalações físicas dos Núcleos, com ampliações e melhorias que só podem ser realizadas por meio de reformas.

4.4. A referida contratação também se justifica pela Demanda crescente de atendimentos aos assistidos (sendo necessária a realização de adaptações e melhorias na infraestrutura dos Núcleos, visando adequar o espaço existente à atual demanda), Grande demanda de manutenções prediais e reformas a serem realizadas, Falta de celeridade na aquisição dos materiais para realização das manutenções prediais, Ausência de mão-de-obra especializada para execução de alguns tipos de serviços, bem como Quantidade insuficiente de servidores: apenas 02 (dois) Assessores de Infraestrutura que realizam alguns tipos de manutenção, para atender todos os Núcleos de Cuiabá e Várzea Grande, bem como prestar serviços aos Núcleos do interior.

4.5. Desta maneira, com o registro de preços para a contratação da referida empresa, será possível atender satisfatoriamente a demanda dos Núcleos, com maior rapidez e em maior escala.

4.6. Além do mais, com os serviços da tabela SINAPI registrados, o atendimento das demandas será realizado mais rapidamente, visto que será necessária apenas a especificação e quantificação dos serviços utilizando os valores da tabela do corrente mês e aplicando o desconto a ser lícitado.

4.7. Assim, a contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção de infraestrutura predial e reformas é um requisito fundamental para aperfeiçoar a realização destes serviços nos Núcleos na capital e no interior, oportunizando um ambiente de trabalho mais seguro e confortável para os membros e servidores desta Instituição, bem como oportunizando um melhor atendimento para os assistidos.

4.8. Atualmente as Atas de Registros de Preços da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso que contemplam os serviços de manutenções prediais preventivas e corretivas e reformas, utilizando a tabela SINAPI são: ARP nº 10/2020 (polo 03 - Norte, polo 04 - Sudeste, polo 05 - Nordeste, polo 06 - Oeste) e ARP nº 37/2020 (polo 01 – Cuiabá e Várzea Grande, polo 02 – Centro-Sul), as quais tem o vencimento previsto para o dia 26/05/2021 e 27/10/2021, respectivamente. Registra-se que apesar da ARP nº 37/2020 ter vencimento apenas em 27/10/2021, a mesma já se encontra com saldo insuficiente para realização de outros serviços e reformas no polo 01 (Cuiabá e Várzea Grande), justificando a necessidade de celebração de novo Registro de Preços.

5. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS POR LOTE:

5.1. O objeto caracterizado pelo Termo de Referência trata-se de objeto plenamente disponível no mercado. Desse modo, consoante a Súmula n. 257, do E. TCU e previsão do art. 1º da Lei n.º 10.520/2002, o pretendido certame licitatório deverá ser processado na modalidade pregão - tipo maior desconto por lote, por possuírem a mesma natureza e guardarem relação entre si, visando aumentar o interesse de participar do certame.

5.2. Ainda, considerando as questões de eficiência e eficácia, economicidade e padronização e segundo as práticas do mercado, opina-se pelo registro de preço para a futura e eventual contratação dos serviços, pelos seguintes motivos: necessidade detectada de contratações frequentes; impossibilidade de definição prévia do quantitativo e os tipos de serviços a serem demandados pela Administração Pública (tratando-se de manutenções corretivas); conveniência da aquisição dos serviços com previsão de entrega parcelada; a aquisição dos serviços ocorrerá por unidade de medida referente a cada serviço, conforme indicado na tabela SINAPI.

5.3. A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem como opção mais vantajosa a divisão do objeto por lote, tendo em vista gerar à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso uma maior economia de escala que certamente será traduzida em menores preços ofertados pelas empresas licitantes.

6. DO VALOR ESTIMADO DO CERTAME:

6.1 O valor estimado do certame é **R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos reais).**

6.2. Os valores dos lotes que compõem o certame são:

- a) Lote 01 – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- b) Lote 02 – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) Lote 03 – R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);
- d) Lote 04 – R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);
- e) Lote 05 – R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);
- f) Lote 06 – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).



6.3. Os valores constantes neste instrumento foram informados pela Gerência de Licitações através de realização de pesquisa de preços (**Relatório nº 007/2021/GL/CAC - Procedimento de Cotação**).

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DA ENTREGA/ EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO:

7.1. A entrega e/ou execução dos serviços poderá ser realizada em qualquer Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior, por isso a execução será dividida nos seguintes polos:

DETALHAMENTO DOS POLOS

REGIÃO	CIDADES
Polo 1 – Cuiabá e VG	Cuiabá e Várzea Grande.
Polo 2 – Centro-Sul	Acorizal, Alto Paraguai, Arenápolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Denise, Diamantino, Jangada, Mirassol D'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Poconé, Porto Estrela, Rosário Oeste, Santo Afonso, Santo Antônio de Leverger, Tangará da Serra.
Polo 3 – Norte	Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Maringá, Nova Mutum, Nova Ubiratã, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera, Alta Floresta, Apiácas, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Itapuma, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guaíta, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juara, Juruena, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Rondolândia e Tabaporã.
Polo 4 – Sudeste	Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaína, Barra do Garças, Campo Verde, Dom Aquino, General Carneiro, Guiratinga, Jaciara, Itiquira, Juscimeira, Nova Brasilândia, Novo São Joaquim, Paranatinga, Planalto da Serra, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréo, Primavera do Leste, Rondonópolis, São José do Povo, São José da Cipa, Santo Antônio do leste, Ribeirãozinho, Tesouro e Torixóreu.
Polo 5 – Nordeste	Água Boa, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Gaúcha do Norte, Luciara, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Terezinha, Serra Nova Dourada e Vila Rica.
Polo 6 – Oeste	Araputanga, Campo Novo dos Parecis, Campos de Júlio, Comodoro, Curvelândia, Figueirópolis D'oeste, Glória, Jauru, Lambari D'oeste, Indaiavá, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos, Salto do Céu, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

7.2. Os serviços serão executados, no período e locais indicados por esta instituição (conforme a região dos itens). As necessidades dos serviços serão levantadas “in loco” por um membro da Coordenadoria de Infraestrutura Física da Defensoria Pública, juntamente com a empresa Contratada, sempre que possível. Após o levantamento, os serviços deverão ser planilhados por esta Instituição, de acordo com os itens disponíveis na tabela SINAPI vigente do Estado de Mato Grosso, estabelecida para o mês corrente da solicitação.

7.3. Na ausência de itens na tabela SINAPI vigente, deverá ser realizada composições com ao menos 03 (três) cotações dos itens, visando à definição do seu preço global. O preço final do item será obtido por meio da mediana entre as 3(três) ou mais cotações realizadas.

7.4. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pela Defensoria Pública, através da “Ordem de Serviço – OS”.

7.5. Anterior à liberação da Ordem de Serviço, deverão ser observados, obrigatoriamente, a emissão dos seguintes documentos:

- i) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;
- j) Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;
- k) Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;
- l) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;
- m) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- n) Manifestação formal da empresa por e-mail, quanto a sua concordância com os serviços, quantitativos e valores da planilha, bem como com o prazo especificado no cronograma físico-financeiro, ou apresentação das justificativas para a alteração do mesmo. A manifestação deverá ser realizada em um prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data de encaminhamento das planilhas e cronograma pela Coordenadoria de Infraestrutura Física;
- o) Aprovação dos custos e quantitativos pela Administração Superior, com a respectiva nota de empenho;
- p) Termo contratual, se for o caso.

7.6. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Coordenadoria de Infraestrutura Física encaminhará um e-mail à Contratada solicitando o início da obra, sendo que a empresa tem um prazo de 10(dez) dias corridos para efetivo início dos serviços. Quanto ao prazo para finalização dos serviços, a empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro de cada obra, o qual é fornecido pelo Contratante.

7.7. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a Empresa e a Defensoria Pública, e constará na Ordem de Serviço, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nos Núcleos, dentre outros. Quando não ocorrer esses fatos excepcionais, a obra deverá ser iniciada em até 10(dez) dias corridos, contados da solicitação formal (por e-mail) da Coordenadoria de Infraestrutura Física, conforme determinado acima.

7.8. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 (vinte e quatro) horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

7.9. Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.

7.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.

7.11. Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.

7.12. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.

7.13. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cuja amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

7.14. Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

7.15. A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.

7.16. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.

7.17. A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.

7.18. Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

7.19. Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.

7.20. Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.

7.21. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de



Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

7.22. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

8. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Os componentes de edificação (conservação predial) abrangidos na manutenção, objeto deste Termo de Referência constituem, em sua maioria, as seguintes atividades:

8.1.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros, torneiras, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os caso necessário;

8.1.2. Corrigir a regulação de válvulas, caixas de descarga, válvulas de mictórios, registro, engates, sifões e outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os quando necessário;

8.1.3. Realizar reparações na vedação de metais, substituindo-as caso necessário;

8.1.4. Reparar ferragens e louças sanitárias, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;

8.1.5. Reparar caixas de esgoto, caixa de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo-se à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades;

8.1.6. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registro, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;

8.1.7. Realizar desentupimento de rede de esgoto predial, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos, caixas de inspeção;

8.1.8. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes;

8.1.9. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpada, reatores, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;

8.1.10. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadro de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos e interruptores;

8.1.11. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência;

8.1.12. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos tais como reatores, contactores, chaves de baixa tensão, fusíveis;

8.1.13. Realizar manutenção ou substituição de luminárias;

8.1.14. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos de reatores, base de soquetes, disjuntores;

8.1.15. Realizar medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão das tomadas, lâmpadas e equipamentos;

8.1.16. Ativar e mudar pontos de instalação elétrica, hidrossanitária, lógica e telefonia;

8.1.17. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas;

8.1.18. Realizar eventuais correções nos revestimentos de paredes, tetos e pisos;

8.1.19. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;

8.1.20. Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e pintura da mesma cor já existente;

8.1.21. Realizar regulação, alinhamento, ajuste de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, puxadores, trincos e serviços de plaina;

8.1.22. Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, corrimãos, muros e portões;

8.1.23. Realizar correções em paredes, eliminando trincas, fissuras, desgastes e pintura;

8.1.24. Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes, pisos e paredes impermeabilizadas e, se necessário, proceder à remoção da vedação e realizar nova impermeabilização;

8.1.25. Executar revisão geral de janelas, portas, portões, corrigindo falhas encontradas ou substituindo partes quando necessário;

8.1.26. Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens e remoção de partes enferrujadas;

8.1.27. Realizar limpeza de calhas e substituição de telhas;

- 8.1.28.** Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, substituição de puxadores e fechaduras, montagens de móveis;
- 8.1.29.** Realizar instalação de quadros, murais, acessórios de banheiro e copa;
- 8.1.30.** Demolição, alteração e construção de paredes de gesso acartonado;
- 8.1.31.** Demolição e construção de parede em alvenaria;
- 8.1.32.** Recuperação de pintura (alvenaria, gesso acartonado, madeira e estrutura metálica);
- 8.1.33.** Demolição em geral de pisos, paredes, lajes;
- 8.1.34.** Outros serviços correlatos, não elencados acima, que se enquadrem no escopo desta contratação;
- 8.1.35.** Os serviços supracitados são a título exemplificativo, podendo ser solicitados outros serviços que não desvirtuem o aqui avençado.
- 8.1.36.** Será vedada a construção ou ampliação de prédio público (que caracterizem obra), ou seja, serviços novos que descaracterizem serviços considerados reparos, manutenção, reformas ou conservação predial.

9. DA GARANTIA DO OBJETO:

- 9.1.** A garantia dos serviços deverá cobrir material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou erro de instalação. Durante o período de vigência da garantia, o produto deverá ser reparado ou a peça substituída sem ônus para a Instituição.
- 9.2.** Quando se tratar de algum pequeno reparo ou substituição de materiais a garantia deverá ser de 01 (um) ano.
- 9.3.** Quando se tratar de uma reforma, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, conforme termo contratual.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL:

- 10.1.** A licitante vencedora prestará garantia no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devida notificação pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em percentual equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.
- 10.2.** Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumentamento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 824 e 835 do Código Civil;
- 10.3.** Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados mediante abertura de conta corrente no banco do Brasil, vinculando-a ao contrato. Sendo que este documento deverá ser entregue no ato da assinatura. No caso da empresa optar por outra forma de garantia, o documento será entregue na Defensoria Pública, que encarregará de enviá-lo para a Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade para registro e guarda;
- 10.4.** No caso da licitante optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de “cancelamento” e, ainda, da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;
- 10.5.** A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando verificada que não existam pendências junto à Administração e outros encargos;
- 10.6.** A contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

11. DA PROPOSTA:

- 11.1.** As propostas serão avaliadas para cada um dos 06 (seis) itens existentes e será considerada vencedora, a empresa que ofertar o maior percentual de desconto sobre a planilha SINAPI, vigente no estado de Mato Grosso (cada item).
- 11.2.** O desconto percentual deverá ser aplicado, obrigatoriamente, sobre o valor total da planilha quantitativa de serviços levantada para cada Núcleo do respectivo item, sendo ela através da tabela SINAPI ou de cotação de mercado.
- 11.3.** Com o intuito de comprovar a exequibilidade do desconto ofertado, a empresa classificada deverá demonstrar através dos itens planilhados, constantes no Anexo III (com mês de referência da planilha SINAPI mais atualizado), que mesmo aplicando o desconto percentual (com duas casas decimais) sobre os serviços elencados, ainda existe viabilidade técnico-financeira para executar o objeto desta contratação.
- 11.4.** Em razão da dificuldade no preenchimento da planilha constante do Anexo III será admitido a utilização do mês anterior de referência SINAPI (comparado a uma atualização), quando o “Site” da Caixa Econômica disponibilizar uma atualização com data de até 05 dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico.
- 11.5.** Como a Planilha SINAPI possui uma grande variedade de possibilidades de serviços e materiais passivos de serem solicitados, destacamos no Anexo III, 04 (quatro) serviços que deverão ter sua comprovação de exequibilidade pela empresa classificada, através do desconto ofertado como proposta (duas casas decimais). Fica estabelecido que os subitens que compõem os 04 serviços constantes do Anexo III deverão ser preenchidos manualmente (apenas os espaços



em amarelo), também com duas casas decimais no seu lançamento. O total do item deverá corresponder ao percentual de desconto ofertado na proposta. Aceitaremos uma variação de + 0,01 e – 0,01.

11.6. A Coordenadoria de Infraestrutura Física avaliará a planilha demonstrativa fornecida pela Empresa (conforme Anexo III) e, em encontrando alguma inviabilidade de execução em pelo menos 01 dos 05 serviços apresentados, deverá sugerir a desclassificação da empresa proponente, ou solicitar a apresentação de justificativas que comprovem que a empresa conseguirá executar o objeto. A CIF irá comparar os valores apresentados para insumos, equipamentos e serviços com cotações no mercado do Estado de MT, além da composição de custos para os profissionais (mão-de-obra) que compõe os 04 serviços planejados – referência para o Estado de MT. Em havendo discrepâncias superiores a 15% entre o valor do insumo apresentado pela empresa, e o valor do insumo cotado no mercado do Estado de MT, serão feitas diligências junto a empresa, com intuito de que a mesma comprove que poderá fornecer o insumo no valor constante na sua proposta.

11.7. Em razão da dificuldade no preenchimento da planilha constante do Anexo III, compararemos os valores apresentados para os profissionais com o piso salarial especificado na convenção coletiva anterior (comparado a uma atualização), quando o “Site” SINDUSCON MATO GROSSO (trabalhadores da construção civil) disponibilizar uma atualização com data de até 05 dias corridos da data prevista para o Pregão Eletrônico.

11.8. O desconto ofertado aumentará o poder de compra dos serviços necessários, uma vez que o valor estimado para cada polo listada no respectivo item não sofrerá diminuição.

11.9. O desconto percentual deverá conter duas casas decimais, e já deverão estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes ao escopo desta contratação.

11.10. Para o pagamento dos serviços executados será assegurado o BDI da ordem de 23,54% para o Polo 01 e de 27,54% para os Polos 02 a 06, conforme Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário (Anexos IV e V).

11.11. A empresa interessada em participar do certame licitatório, poderá ser contratada para tantos itens quanto o seu limite de capital social permitir, conforme termos do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

11.12. Administração poderá exigir da empresa a comprovação de capital social mínimo de até 10% do valor estimado da contratação (art. 31 da Lei 8.666/1993), ou seja, para fins de documentação relativa à qualificação econômico-financeira, a empresa poderá ser obrigada a comprovar que possui um capital mínimo para participar da licitação.

11.13. Para embasar este subitem a empresa deverá apresentar a relação de contratos vigentes (com qualquer Entidade pública ou privada), com os respectivos valores e saldos contratuais (passíveis de conferência pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para atestar a veracidade da informação).

Empresa:		XXXXX LTDA	(A)Capital Social:	R\$ 00,00
Item	Contrato nº	Nome/ Entidade	Valor	
			Contrato	Saldo
1	XX/2018	Secretaria de ...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
2	XX/2019	Tribunal de...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
3	XX/2019	Supermercado ...	R\$ 00,00	R\$ 00,00
TOTAL			R\$ 00,00	(B) R\$ 00,00

12. DA REVISÃO E REJUSTE CONTRATUAL:

12.1. O valor do **CONTRATO** poderá ser revisto nos termos do art. 65, inciso II, alínea ‘d’ da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que o pedido esteja devidamente fundamentado, visando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

12.2. Não será concedido reajuste por índice inflacionário.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste, a Empresa contratada se compromete a:

13.1.1. Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

13.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressaltados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

13.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

- 13.1.4.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 13.1.5.** Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;
- 13.1.6.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;
- 13.1.7.** Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ARP, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;
- 13.1.8.** Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 13.1.9.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;
- 13.1.10.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;
- 13.1.11.** Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 13.1.12.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 13.1.13.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 13.1.14.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 13.1.15.** A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ARP, contrato e /ou documento equivalente;
- 13.1.16.** Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;
- 13.1.17.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;
- 13.1.18.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.1.19.** Caso uma única empresa vença os 06 (seis) itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a 3(três) Polos de forma simultânea, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender a três Polos ao mesmo tempo;
- 13.1.20.** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 13.1.21.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;
- 13.1.22.** Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- 13.1.23.** A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;
- 13.1.23.1.** Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrarem ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;
- 13.1.24.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;
- 13.1.25.** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante;



- 13.1.26.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no presente Termo;
- 13.1.27.** A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 13.1.28.** Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;
- 13.1.29.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 13.1.30.** Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;
- 13.1.31.** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 13.1.32.** Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do presente Termo correrão por conta exclusivos da contratada;
- 13.1.33.** Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);
- 13.1.34.** A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.
- 13.1.35.** Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 01, de 19 de janeiro de 2010;
- 13.1.36.** No que couber, a contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obra e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:
- 13.1.36.1.** até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;
- 13.1.36.2.** de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;
- 13.1.36.3.** de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).
- 13.1.37.** A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada;
- 13.1.38.** A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa;
- 13.1.39.** De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:

14.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:

14.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa contratada nas dependências da Defensoria Pública, dentro das especificações exigidas;

14.1.2. Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas às normas de segurança;



- 14.1.3.** Notificar a empresa consignatária de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/prestação de serviço;
- 14.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 14.1.5.** Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 14.2.** Recusar os bens/serviços e devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 14.2.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 14.2.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;
- 14.2.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 14.3.** O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela Defensoria Pública, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 14.4.** O recebimento provisório não implica sua aceitação;
- 14.5.** O recebimento definitivo dar-se-á, pela Defensoria Pública, após a verificação do cumprimento das especificações do produto/prestação do serviço, nos termos deste e da proposta vencedora, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório;
- 14.6.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto nº 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- 14.7.** Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

15. VIGÊNCIA DA ARP:

- 15.1.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 16.1.** O pagamento será realizado da seguinte forma:
- 16.1.1.** Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.
- 16.1.2.** Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.
- 16.2.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.
- 16.3.** Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;
- 16.4.** A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.
- 16.5.** Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.
- 16.6.** A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
- 16.7.** A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

16.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

16.9. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

16.10. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

16.11. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

16.12. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

16.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 16.9 e 16.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

16.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

16.14.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

16.14.2. Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

16.14.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atenda cláusula infringida;

16.14.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

16.15. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

16.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

16.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DAS GLOSAS:

17.1. A DPE-MT poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à adjudicatária, nas seguintes hipóteses:

a) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato ou documento equivalente, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

b) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

17.2. As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da DPE-MT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

17.3. Na hipótese de silêncio ou inércia da adjudicatária quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

17.4. A DPE-MT terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à adjudicatária, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

17.5. A DPE-MT poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

17.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

18. AQUISIÇÃO COM VERBA DE CONVÊNIO:

18.1. () SIM (X) NÃO

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



19.1. A dotação orçamentária, no qual correrá a presente despesa, será indicada pela Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade no ato da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

20. PÚBLICO/CLIENTELA ALVO:

20.1. Os defensores, servidores, estagiários e assistidos da Defensoria Pública Estadual.

21. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

21.1. A contratação será realizada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico – registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016 e da Lei Estadual n. 9.879/2013 às quais todas as empresas participantes, bem como esta nobre Instituição, se sujeitarão.

22. DA FISCALIZAÇÃO:

22.1. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência à contratada (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

22.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

23. DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA:

23.1. As empresas vencedoras do certame reconhecem os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

- a) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- b) aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- c) fiscalizar a execução do ajuste.

24. DA RESCISÃO:

24.1. O Contrato oriundo da futura e eventual aquisição poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, atualizada;

24.2. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à Contratada o direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

24.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes do futuro e eventual Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

24.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

25. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

25.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução de preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens/serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores;

25.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Defensoria Pública convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado:

25.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades;

25.2.2. A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;

25.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a Defensoria Pública poderá:

25.3.1. Liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

25.3.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

25.3.3. Não havendo êxito nas negociações será procedida a revogação da ata de registro de preço;

25.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

25.4.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

- 25.4.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 25.4.3.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93 ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;
- 25.4.4.** O cancelamento do registro poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 25.4.4.1.** Por razão de interesse público; ou
- 25.4.4.2.** A pedido do prestador.
- 25.5.** O cancelamento de Registro será formalizado mediante despacho da autoridade superior assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 25.6.** O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular.
- 25.7.** Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos licitantes, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 25.8.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do contratado, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 25.9.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- 25.9.1.** Por decurso do prazo de vigência, de 12 (doze) meses;
- 25.9.2.** Por não restar prestadores registrados;
- 25.9.3.** Quando caracterizado o interesse público, devidamente motivado e justificado.

26. DAS ALTERAÇÕES:

- 26.1.** Os valores registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 26.1.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 19 de junho de 1993 e as disposições aqui dispostas.
- 26.1.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens/serviços registrados, cabendo à Contratante, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 26.1.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Contratante:
- 26.1.3.1.** Convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 26.1.3.2.** Se frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e será realizada nova licitação.
- 26.1.4.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 26.1.4.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
- 26.1.5.** Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Defensoria Pública poderá rescindir a ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão da ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.
- 26.1.6.** Alterado o preço registrado dos bens/serviços, esse valerá somente para os bens/serviços decorrentes de prorrogação da ata de registro de preços depois do período de vigência da ata que é de um ano, e para as novas contratações.
- 26.1.7.** Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Defensoria Pública.

27. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 27.1.** Fica vedada o acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993](#), conforme disposto no § 1º do artigo 12 do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#).

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 28.1.** Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, no que couber, na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, isoladamente ou cumulativamente, aplicar ao LICITANTE, nas hipóteses de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento

equivalente; fraude na execução do contrato; comportamento inidôneo; cometimento de fraude fiscal; não manutenção da proposta e não sendo suas justificativas aceitas pela Administração, as seguintes penalidades:

28.1.1.1. Advertência por escrito, no caso de irregularidades de pequena monta;

28.1.1.2. Multa de mora, quando da inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, que será aplicada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

28.1.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

28.1.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

28.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

28.1.2.4. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

28.1.3. Para fins de cálculo do valor total em multas porventura devido pela contratada, considerar-se-á o somatório entre todas as penalidades desta espécie, aplicadas conforme o número de infrações verificadas e a quantidade de dias em que estas ocorrem;

28.1.4. Para os casos de multas não previstas neste Edital, aplicar-se-á o valor de até 2% (dois por cento) sobre o total empenhado, apurado até o momento da respectiva ocorrência, ou sobre o valor total contratado no caso de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente;

28.1.5. Ainda, o descumprimento injustificado das condições estabelecidas no cronograma de cada serviço estará sujeito às penalidades e condicionará a contratada às seguintes multas:

28.1.5.1. Quanto ao atraso no início de cada serviço:

d) Atraso de até 03 (três) dias úteis no início do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

e) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

f) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

28.1.5.2. Quanto ao atraso para finalizar o serviço:

d) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

e) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;

f) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

28.1.5.3. Quanto ao atraso para entrega de ART/RRT paga, quando solicitado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física:

c) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega da ART/RRT recolhida e paga, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;

d) A partir do 4º dia útil até o 10º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviços emitidas para o serviço.

28.1.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordens de Serviços – O.S. emitidas.

28.1.7. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa.

28.2. Sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

28.2.1. Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por até 02 (dois) anos;

28.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, depois de ressarcido dos prejuízos causados;



28.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso e descredenciamento do SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se o licitante ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do compromisso consignado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

28.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

28.3. A multa eventualmente imposta a contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

28.4. As multas e sanções previstas neste Edital não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração.

28.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a contratada ficará isento das penalidades mencionadas.

28.6. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

28.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

28.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Instituição.

29. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO:

29.1. O gerenciamento da ARP caberá a Defensoria Pública do Estado De Mato Grosso, através da Gerência de Licitações que está subordinada à Coordenadoria de Aquisições e Contratos.

29.2. O gerenciamento do contrato caberá a Gerência de Contratos, que é vinculada a Coordenadoria de Aquisições e Contratos, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência à contratada (art. 4º, inc. IX do Decreto Estadual nº 840/2017).

30. DOS CASOS OMISSOS:

30.1. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Federal nº 10.406/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016.

31. RESULTADOS ESPERADOS DIRETOS E INDIRETOS:

31.1. Pretende-se atender a demanda dos Núcleos, referente à realização de manutenções prediais preventivas, manutenções prediais corretivas, pequenas reformas, com maior rapidez e em maior escala.

32. DA ANTICORRUPÇÃO:

32.1. Para a execução deste contrato e/ou instrumento equivalente a este, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

33. DISPOSIÇÕES FINAIS:

33.1 Diante do exposto submete-se o presente termo de referência à consideração da Autoridade superior competente, para análise e determinação quanto à aquisição.

Cuiabá/MT, 18 de maio de 2021.

Rayanne Brunna Queiroz De Carvalho
Analista Engenheira – Gerente de Projetos Estruturais
Coordenadoria de Infraestrutura Física



Edvan Oládio Neves Da Silva

Analista Arquiteto – Coordenador de Infraestrutura Física
Coordenadoria de Infraestrutura Física

Laura Cristina S. Amorim

Gerência de Licitação
Coordenadoria de Aquisições e Contratos



ANEXO I

ARP Nº 037/2020 - EMPRESA: SOLUMINAR SERVICE EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
1	4206	R\$ 350.000,00	CIDADES: Cuiabá e Várzea Grande	5667/2020	259/2020	BANCO DE CAPACITORES - SEDE ADMINISTRATIVA	R\$ 17.838,03
				12336/2020	274/2020	REFORMA GABINETES - SEDE ADMINISTRATIVA	R\$ 140.247,83
				6847/2020	275/2020	SERVIÇOS EXTRAS - NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAS	R\$ 37.507,04
				5592/2020	276/2020	REFORMA - NÚCLEO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	R\$ 78.123,36
				8941/2020	-	ADEQUAÇÕES NÚCLEO CRIMINAL	R\$ 76.061,14
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 349.777,40
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 222,60

ARP Nº 037/2020 - EMPRESA: SOLUMINAR SERVICE EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
2	4207	R\$ 150.000,00	CIDADES – CENTRO SUL	13122/2020		ADEQUAÇÃO - MIRASOL DO OESTE	R\$ 43.589,53
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 43.589,53
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 106.410,47



ANEXO II

ARP Nº 010/2020 - EMPRESA: LAÇO SERVIÇOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
3	3157	R\$ 300.000,00	POLO 03 - NORTE	8176/2019	250/2020	LUCAS DO RIO VERDE	R\$ 20.782,62
				3396/2020	-	ALTA FLORESTA	R\$ 54.895,92
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 75.678,54
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 224.321,46

ARP Nº 010/2020 - EMPRESA: LAÇO SERVIÇOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
4	3158	R\$ 200.000,00	POLO 04 - SUDESTE	6604/2020	104/2020	CAMPO VERDE	R\$ 44.491,31
				8030/2020	134/2020	RONDONOPOLIS	R\$ 155.508,69
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 200.000,00
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 0,00

ARP Nº 010/2020 - EMPRESA: LAÇO SERVIÇOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
5	3159	R\$ 200.000,00	POLO 05 - NORDESTE	3045/2020	094/2020	CAMPINÁPOLIS	R\$ 34.362,34
				8223/2020	146/2020	CAMPINÁPOLIS	R\$ 1.801,91
				12333/2020	002/2021	NOVA XAVANTINA	R\$ 142.833,99
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 178.998,24
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 21.001,76

ARP Nº 010/2020 - EMPRESA: LAÇO SERVIÇOS PREDIAIS ESPECIALIZADOS EIRELI							
ITEM	CÓDIGO	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	PROCEDIMENTO	ORDEM DE SERVIÇO	NÚCLEO	VALOR
6	3160	R\$ 200.000,00	POLO 06 - OESTE	-	-	-	-
TOTAL ADQUIRIDO							R\$ 0,00
TOTAL DISPONÍVEL							R\$ 200.000,00



ANEXO III					PERCENTUAL DE DESCONTO OFERTADO	
-----------	--	--	--	--	---------------------------------	--

	CODIGO SINAPI	DESCRIÇÃO	UND	COEF	PREÇO UNIT SINAPI JAN/21	VALOR UNIT PROPORCIONAL AO COEFICIENTE	VALOR UNIT COM DESCONTO DA EMPRESA APLICADO
--	---------------	-----------	-----	------	--------------------------	--	---

PARE (SERVIÇO 1)	96359	PAREDE COM PLACAS DE GESSO ACARTONADO (DRYWALL), PARA USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, COM VÃOS AF_06/2017_P	M2		R\$ 89,44	R\$ 89,44	R\$
INSUMO	37586	PINO DE ACO COM ARRUELA CONICA, DIAMETRO ARRUELA = *23* MM E COMP HASTE = *27* MM (ACAO INDIRETA)	CENTO	0,0290000	R\$ 44,85	R\$ 1,30	
INSUMO	39413	CHAPA DE GESSO ACARTONADO, STANDARD (ST), COR BRANCA, E = 12,5 MM, 1200 X 2400 MM (L X C)	M2	2,1060000	R\$ 20,17	R\$ 42,47	
INSUMO	39419	PERFIL GUIA, FORMATO U, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	0,9093000	R\$ 6,46	R\$ 5,87	
INSUMO	39422	PERFIL MONTANTE, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA PAREDE DRYWALL, E = 0,5 MM, 70 X 3000 MM (L X C)	M	2,8999000	R\$ 7,33	R\$ 21,25	



INSUMO	39431	FITA DE PAPEL MICROPERFURADO, 50 X 150 MM, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	2,5027000	R\$ 0,23	R\$ 0,57	
INSUMO	39432	FITA DE PAPEL REFORCADA COM LAMINA DE METAL PARA REFORÇO DE CANTOS DE CHAPA DE GESSO PARA DRYWALL	M	0,7925000	R\$ 2,99	R\$ 2,36	
INSUMO	39434	MASSA DE REJUNTE EM PO PARA DRYWALL, A BASE DE GESSO, SECAGEM RAPIDA, PARA TRATAMENTO DE JUNTAS DE CHAPA DE GESSO (COM ADICAO DE AGUA)	KG	1,0327000	R\$ 4,01	R\$ 4,14	
INSUMO	39435	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA AGULHA (TA), COMPRIMENTO 25 MM	UN	20,0077000	R\$ 0,04	R\$ 0,80	
INSUMO	39443	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	0,9149000	R\$ 0,11	R\$ 0,10	
COMPOSICAO	88278	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,6280000	R\$ 13,14	R\$ 8,25	
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1570000	R\$ 14,87	R\$ 2,33	

PINT (SERVIÇO 2)	88487	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX PVA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M2		R\$ 9,67	R\$ 9,67	R\$
INSUMO	7345	!EM PROCESSO DE DESATIVACAO! TINTA LATEX PVA PREMIUM, COR BRANCA	L	0,3300000	R\$ 19,38	R\$ 6,39	
COMPOSICAO	88310	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1300000	R\$ 19,83	R\$ 2,57	
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0480000	R\$ 14,87	R\$ 0,71	



INEL (SERVIÇO 3)	91927	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM ² , ANTI- CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M		R\$ 3,91	R\$ 3,91	R\$
INSUMO	1022	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1,1900000	R\$ 2,41	R\$ 2,86	
INSUMO	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	0,0090000	R\$ 3,78	R\$ 0,03	
COMPOSICAO	88247	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0300000	R\$ 14,84	R\$ 0,44	
COMPOSICAO	88264	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0300000	R\$ 19,52	R\$ 0,58	

ESQV (SERVIÇO 4)	91297	PORTA DE MADEIRA FRISADA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN		R\$ 345,06	R\$ 345,06	R\$
INSUMO	2432	DOBRADICA EM ACO/FERRO, 3 1/2" X 3", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO OU ZINCADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	3,0000000	R\$ 19,36	R\$ 58,08	
INSUMO	4964	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE	UN	1,0000000	R\$ 243,57	R\$ 243,57	



		ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA FRI SADA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO EM PADRAO MADEIRA					
INSUMO	11055	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1")	UN	19,800000	R\$ 0,05	R\$ 0,99	
COMPOSICAO	88261	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5460000	R\$ 20,01	R\$ 30,93	
COMPOSICAO	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7730000	R\$ 14,87	R\$ 11,49	

ANEXO IV



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário		
FORMULA DE BDI PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
Considerações:		
Foram utilizados para os calculo até duas casas decimais.		
A CPMF foi desconsiderada pois a mesma não é mais aplicada.		
FÓRMULA ADOTADA PARA O CÁLCULO DO BDI		
$PV = CD(1 + BDI)$		
Em que:		
PV = Preço de Venda;		
CD = Custo Direto;		
BDI = Bonificações e Despesas Indiretas (lucro e despesas indiretas); e		
$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$		
Onde:		
AC = taxa de rateio da Administração Central;		
S = taxa representativa de Seguros;		
R = corresponde aos Riscos e Imprevistos;		
G = taxa que representa o ônus das Garantias;		
DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;		
L = corresponde à remuneração bruta do construtor;		
I = taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda.		
BDI SERVIÇOS		
BDI=(((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)))/(1-I))-1	Percentuais (médios)	Decimais (médios)
(AC+S+G+R)	6,07%	0,0607
AC = Administração Central	4,00%	0,0400
S+G = Seguro mais Garantia	0,80%	0,0080
R = Taxa de Risco	1,27%	0,0127
DF = Despesas Financeira	1,23%	0,0123
L = Taxa de Lucro	7,40%	0,0740
I = Taxa de Tributos (Pis + Cofins + ISS)	6,65%	0,0665
Pis	0,65%	0,0065
Cofins	3,00%	0,0300
ISS	3,00%	0,0300
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - www.defensoriapublica.mt.gov.br Rua 02, esquina com a rua C, Setor A, s/n, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá, Coordenadoria de Aquisições e Contratos/ Gerência de Licitações - licitacao@dp.mt.gov.br/ pregoeiros@dp.mt.gov.br		
BDI = (((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)))/(1-I))-1	23,54%	0,2354





ANEXO V





ANEXO II – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR



(Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) _____, em cumprimento ao solicitado no Edital, sob penas da Lei DECLARA:

Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, do artigo 27 da Lei nº 8.666/1993.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cuiabá, MT, _____ de _____ de 2021.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



ANEXO III– DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 9.879/2013

Nome/razão social) _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal Sr. (a) _____, em cumprimento ao solicitado no Edital, DECLARA, sob as penas da lei:

Que cumprirá as determinações constantes na Lei nº 9.879/2013.

Por ser verdade, firmo a presente.

Cuiabá, MT, _____ de _____ de 2021.

(Assinatura Representante Legal da Empresa)



ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº ____/2020/DP-MT

PROCESSO: Nº xxxxxxxxxxxxxx/DPE-MT

PREGÃO ELETRÔNICO: Nº ____/2021 – **REGISTRO DE PREÇOS**

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua assinatura.

Pelo presente instrumento, a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, situada no Centro Político Administrativo, Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050, inscrita no CNPJ: 02.528.193/0001-83 neste ato representado pelo 1º Subdefensor Público Geral, e ordenador de despesa **DR. ROGÉRIO BORGES FREITAS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº XXXX - SSP/MS e do CPF/MF nº XXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada na _____, representada pelo Sr. _____, portador do RG: _____ e o CPF: _____, e pelo Sr. _____ portador do RG: _____ e o CPF: _____, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por LOTE, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019 e dos Decretos Estaduais no 840/2017 e 8.199/2006, e todas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, nos Setores Administrativos e Núcleos de Cuiabá e Interior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços, terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua respectiva assinatura, tendo eficácia a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento da ARP caberá a Defensoria Pública do Estado De Mato Grosso, através da Gerência de Licitações que está subordinada à Coordenadoria de Aquisições e Contratos.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO



4.1. Os preços, as quantidades, as especificações dos Itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

4.2. Os serviços serão pagos de acordo com os valores constantes da tabela SINAPI do Estado de Mato Grosso estabelecida para o mês corrente da solicitação, com incidência do desconto ofertado pela Licitante, acrescido do BDI, conforme Anexos I e II:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UM	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.3.1. Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto da licitação, conforme o Art.72, da Lei 8666/1993, desde que não superem 50% do valor total do serviço solicitado.

5.3.2. Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e atendidos os seguintes requisitos:

- c) Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;
- d) Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.

5.3.3. A Contratada, independente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.

5.3.4. A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da solicitação, podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. A dotação orçamentária, no qual correrá a presente despesa, será indicada pela Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, no ato da formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

7. DO PRAZO E CONDIÇÕES DA ENTREGA/ EXECUÇÃO DO OBJETO LICITADO:

7.1. A entrega e/ou execução dos serviços poderá ser realizada em qualquer Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior, por isso a execução será dividida nos seguintes polos:

DETALHAMENTO DOS POLOS

REGIÃO	CIDADES
--------	---------



Polo 1 – Cuiabá e VG	Cuiabá e Várzea Grande.
Polo 2 – Centro-Sul	Acorizal, Alto Paraguai, Arenápolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Denise, Diamantino, Jangada, Mirassol D'Oeste, Nobres, Nortelândia, Nossa Senhora do Livramento, Nova Marilândia, Nova Olímpia, Poconé, Porto Estrela, Rosário Oeste, Santo Afonso, Santo Antônio de Leverger, Tangará da Serra.
Polo 3 – Norte	Cláudia, Feliz Natal, Ipiranga do Norte, Lucas do Rio Verde, Nova Maringá, Nova Mutum, Nova Ubiratã, São José do Rio Claro, Santa Carmem, Santa Rita do Trivelato, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Vera, Alta Floresta, Apiácas, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Itapuma, Marcelândia, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Nova Guaita, Nova Monte Verde, Nova Santa Helena, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juína, Juara, Juruena, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Rondolândia e Tabaporã.
Polo 4 – Sudeste	Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Araguaína, Barra do Garças, Campo Verde, Dom Aquino, General Carneiro, Guiratinga, Jaciara, Itiquira, Juscimeira, Nova Brasilândia, Novo São Joaquim, Paranatinga, Planalto da Serra, Pedra Preta, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Poxoréo, Primavera do Leste, Rondonópolis, São José do Povo, São José da Cipa, Santo Antônio do Leste, Ribeirãozinho, Tesouro e Torixóreu.
Polo 5 – Nordeste	Água Boa, Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Canabrava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confresa, Gaúcha do Norte, Luciara, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Santa Terezinha, Serra Nova Dourada e Vila Rica.
Polo 6 – Oeste	Araputanga, Campo Novo dos Parecis, Campos de Júlio, Comodoro, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória, Jauru, Lambari D'Oeste, Indaiavá, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, São José dos Quatro Marcos, Salto do Céu, Sapezal, Vale de São Domingos e Vila Bela da Santíssima Trindade.

7.2. Os serviços serão executados, no período e locais indicados por esta instituição (conforme a região dos itens). As necessidades dos serviços serão levantadas “in loco” por um membro da Coordenadoria de Infraestrutura Física da Defensoria Pública, juntamente com a empresa Contratada, sempre que possível. Após o levantamento, os serviços deverão ser planilhados por esta Instituição, de acordo com os itens disponíveis na tabela SINAPI vigente do Estado de Mato Grosso, estabelecida para o mês corrente da solicitação.

7.3. Na ausência de itens na tabela SINAPI vigente, deverá ser realizada composições com ao menos 03 (três) cotações dos itens, visando à definição do seu preço global. O preço final do item será obtido por meio da mediana entre as 3(três) ou mais cotações realizadas.

7.4. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pela Defensoria Pública, através da “Ordem de Serviço – OS”.

7.5. Anterior à liberação da Ordem de Serviço, deverão ser observados, obrigatoriamente, a emissão dos seguintes documentos:

- q) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;
- r) Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;
- s) Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;
- t) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;
- u) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- v) Manifestação formal da empresa por e-mail, quanto a sua concordância com os serviços, quantitativos e valores da planilha, bem como com o prazo especificado no cronograma físico-financeiro, ou apresentação das justificativas para a alteração do mesmo. A manifestação deverá ser realizada em um prazo de até 3(três) dias úteis, a contar da data de encaminhamento das planilhas e cronograma pela Coordenadoria de Infraestrutura Física;
- w) Aprovação dos custos e quantitativos pela Administração Superior, com a respectiva nota de empenho;
- x) Termo contratual, se for o caso.

7.6. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Coordenadoria de Infraestrutura Física encaminhará um e-mail à Contratada solicitando o início da obra, sendo que a empresa tem um prazo de 10(dez) dias corridos para efetivo início dos serviços. Quanto ao prazo para finalização dos serviços, a empresa contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro de cada obra, o qual é fornecido pelo Contratante.

7.7. Fica estabelecido que a logística cronológica para o início da execução dos serviços será estabelecida entre a Empresa e a Defensoria Pública, e constará na Ordem de Serviço, uma vez que esta análise depende de vários fatores, como: situação da estrada, pontes, urgência da execução ou não, demanda de trabalho nos Núcleos, dentre outros. Quando não ocorrer esses fatos excepcionais, a obra deverá ser iniciada em até 10(dez) dias corridos, contados da solicitação formal (por e-mail) da Coordenadoria de Infraestrutura Física, conforme determinado acima.

7.8. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 (vinte e quatro) horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.

7.9. Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.

7.10. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.



7.11. Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.

7.12. Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.

7.13. Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cujas amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.

7.14. Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.

7.15. A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.

7.16. A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.

7.17. A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.

7.18. Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

7.19. Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.

7.20. Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.

7.21. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

7.22. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.



8. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

8.1. Os componentes de edificação (conservação predial) abrangidos na manutenção, objeto deste Termo de Referência constituem, em sua maioria, as seguintes atividades:

8.1.1. Corrigir vazamentos e outras anormalidades nos encanamentos da rede de água e esgoto, conexões, registros, torneiras, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, substituindo-os caso necessário;

8.1.2. Corrigir a regulagem de válvulas, caixas de descarga, válvulas de mictórios, registro, engates, sifões e outros dispositivos, trocando-os ou reparando-os quando necessário;

8.1.3. Realizar reparações na vedação de metais, substituindo-as caso necessário;

8.1.5. Reparar ferragens e louças sanitárias, corrigindo ou substituindo o que estiver danificado;

8.1.5. Reparar caixas de esgoto, caixa de inspeção, drenos, galerias de água pluvial, procedendo-se à limpeza e eliminando quaisquer irregularidades;

8.1.6. Corrigir anormalidades nos encanamentos ou conexões de ramal de abastecimento de água, consertando ou substituindo registro, válvulas retentoras, torneiras, boias e outros dispositivos hidráulicos danificados;

8.1.7. Realizar desentupimento de rede de esgoto predial, pias, vasos sanitários, caixas sifonadas, ralos, caixas de inspeção;

8.1.8. Corrigir falhas nos quadros de distribuição, incluindo a distribuição de disjuntores, balanceamento de fases, substituição de dispositivos elétricos, reaperto de conectores, medição de correntes;

8.1.9. Corrigir falhas no sistema de iluminação e das tomadas em geral, tanto nas instalações internas quanto externas, incluindo o conserto ou a substituição de condutores, interruptores, lâmpada, reatores, sejam externas ou de embutir, simples ou tripolar, com ou sem aterramento;

8.1.10. Corrigir falhas na rede embutida ou aparente, de baixa tensão, incluindo quadro de distribuição, disjuntores, condutores, canaletas, calhas, receptáculos e interruptores;

8.1.11. Corrigir falhas nos sistemas de iluminação de emergência;

8.1.12. Reparar ou substituir dispositivos elétricos e eletrônicos tais como reatores, contactores, chaves de baixa tensão, fusíveis;

8.1.13. Realizar manutenção ou substituição de luminárias;

8.1.14. Realizar reaperto dos parafusos de sustentação das luminárias, lâmpadas, contatos de reatores, base de soquetes, disjuntores;

8.1.15. Realizar medição dos circuitos para verificar o estado da fiação, corrigindo ou substituindo aqueles que apresentarem descontinuidade, rupturas ou defeitos que afetem o nível de tensão das tomadas, lâmpadas e equipamentos;

8.1.16. Ativar e mudar pontos de instalação elétrica, hidrossanitária, lógica e telefonia;

8.1.17. Corrigir falhas em telhados e suas estruturas;

8.1.18. Realizar eventuais correções nos revestimentos de paredes, tetos e pisos;

8.1.19. Realizar eventuais correções nos revestimentos internos e externos, eliminando a existência de trincas, descolamentos, manchas e infiltrações;



- 8.1.20.** Corrigir falhas em forros internos e recuperar os pontos defeituosos, utilizando os mesmos materiais anteriormente empregados, de forma a manter o nivelamento e pintura da mesma cor já existente;
- 8.1.21.** Realizar regulagem, alinhamento, ajuste de pressão, lubrificações de portas e janelas, consertos ou substituição de fechaduras, travas, dobradiças, molas hidráulicas, puxadores, trincos e serviços de plaina;
- 8.1.22.** Corrigir falhas em calçadas, pátios, revestimentos de pisos, acessos, corrimãos, muros e portões;
- 8.1.23.** Realizar correções em paredes, eliminando trincas, fissuras, desgastes e pintura;
- 8.1.24.** Realizar correções, eliminando infiltrações ou vazamentos em lajes, pisos e paredes impermeabilizadas e, se necessário, proceder à remoção da vedação e realizar nova impermeabilização;
- 8.1.25.** Executar revisão geral de janelas, portas, portões, corrigindo falhas encontradas ou substituindo partes quando necessário;
- 8.1.26.** Executar a inspeção geral nas esquadrias, realizando lixamentos, soldas, pinturas, vedações, regulagens e remoção de partes enferrujadas;
- 8.1.27.** Realizar limpeza de calhas e substituição de telhas;
- 8.1.28.** Executar serviços de carpintaria, incluindo lixamento, impermeabilização, pintura, reaperto de parafusos, substituição de puxadores e fechaduras, montagens de móveis;
- 8.1.29.** Realizar instalação de quadros, murais, acessórios de banheiro e copa;
- 8.1.30.** Demolição, alteração e construção de paredes de gesso acartonado;
- 8.1.31.** Demolição e construção de parede em alvenaria;
- 8.1.32.** Recuperação de pintura (alvenaria, gesso acartonado, madeira e estrutura metálica);
- 8.1.33.** Demolição em geral de pisos, paredes, lajes;
- 8.1.34.** Outros serviços correlatos, não elencados acima, que se enquadrem no escopo desta contratação;
- 8.1.35.** Os serviços supracitados são a título exemplificativo, podendo ser solicitados outros serviços que não desvirtuem o aqui avençado.
- 8.1.36.** Será vedada a construção ou ampliação de prédio público (que caracterizem obra), ou seja, serviços novos que descaracterizem serviços considerados reparos, manutenção, reformas ou conservação predial.

9. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 91.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução de preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores;
- 9.2.** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Defensoria Pública convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado:
- 9.2.1.** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades;



- 9.2.2.** A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;
- 9.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o prestador não puder cumprir o compromisso, a Defensoria Pública poderá:
- 9.3.1.** Liberar o prestador do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de serviço/fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- 9.3.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;
- 9.3.3.** Não havendo êxito nas negociações será procedida a revogação da ata de registro de preço;
- 9.4.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 9.4.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 9.4.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 9.4.3.** Sofrer sanção prevista na Lei n.º 8.666/93 ou na Lei n.º 10.520/2002;
- 9.4.4.** O cancelamento do registro poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 9.4.4.1.** Por razão de interesse público; ou
- 9.4.4.2.** A pedido do prestador.
- 9.5.** O cancelamento de Registro será formalizado mediante despacho da autoridade superior assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 9.6.** O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular.
- 9.7.** Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos licitantes, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- 9.8.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa consignatária, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- 9.9.** A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:
- 9.9.1.** Por decurso do prazo de vigência, de 12 (doze) meses;
- 9.9.2.** Por não restar prestadores registrados;
- 9.9.3.** Quando caracterizado o interesse público, devidamente motivado e justificado.

10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1.** Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente.
- 10.2.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador,



respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013, e Decreto Estadual nº 840/2002.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados e desde que a adesão não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.

10.4. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões caronas à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

10.6. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

11.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste certame, a Empresa vencedora da licitação se compromete a:

11.1.1. Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação oficial;

11.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

11.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

11.1.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

11.1.5. Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

11.1.6. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

11.1.7. Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ARP, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

11.1.8. Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

- 11.1.9.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;
- 11.1.10.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;
- 11.1.11.** Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 11.1.12.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 11.1.13.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 11.1.14.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 11.1.15.** A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ARP, contrato e /ou documento equivalente;
- 11.1.16.** Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;
- 11.1.17.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;
- 11.1.18.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.1.19.** Caso uma única empresa vença os 06 (seis) itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a 3(três) Polos de forma simultânea, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender a três Polos ao mesmo tempo;
- 11.1.20.** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 11.1.21.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;

- 11.1.22.** Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;
- 11.1.23.** A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;
- 11.1.23.1.** Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrarem ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;
- 11.1.24.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;
- 11.1.25.** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante;
- 11.1.26.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no presente Termo;
- 11.1.27.** A inexecução de qualquer serviço que incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 11.1.28.** Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;
- 11.1.29.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 11.1.30.** Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;
- 11.1.31.** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam

eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

11.1.32. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do presente Termo correrão por conta exclusivos da contratada;

11.1.33. Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);

11.1.34. A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.

11.1.35. Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

11.1.36. No que couber, a contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:

11.1.36.1. até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;

11.1.36.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;

11.1.36.3. de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).

11.1.37. A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada;

11.1.38. A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa;

11.1.39. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA

12.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:

- 12.1.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa contratada nas dependências da Defensoria Pública, dentro das especificações exigidas;
- 12.1.2.** Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da execução dos serviços desde que observadas às normas de segurança;
- 12.1.3.** Notificar a empresa consignatária de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/ prestação de serviço;
- 12.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 12.1.5.** Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 12.2.** Recusar os bens/serviços e devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 12.2.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 12.2.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;
- 12.2.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 12.3.** O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela Defensoria Pública, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 12.4.** O recebimento provisório não implica sua aceitação;
- 12.5.** O recebimento definitivo dar-se-á, pela Defensoria Pública, após a verificação do cumprimento das especificações do produto/prestação do serviço, nos termos deste e da proposta vencedora, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório;
- 12.6.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto nº 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.
- 12.7.** Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

13.1.1. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo



por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.

13.1.2. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.

13.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

13.4. A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

13.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

13.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

13.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

13.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

13.9. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

13.10. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

13.11. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).



13.12. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

13.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 16.9 e 16.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

13.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

13.14.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

13.14.2. Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

13.14.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atender cláusula infringida;

13.14.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

13.15. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

13.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

13.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14. DA GARANTIA DO OBJETO:

14.1. A garantia dos serviços deverá cobrir material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou erro de instalação. Durante o período de vigência da garantia, o produto deverá ser reparado ou a peça substituída sem ônus para a Instituição.

14.2. Quando se tratar de algum pequeno reparo ou substituição de materiais a garantia deverá ser de 01 (um) ano.

14.3. Quando se tratar de uma reforma, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, conforme termo contratual.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL:

15.1. A licitante vencedora prestará garantia no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devida notificação pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em percentual equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

15.2. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumentamento a expressa renúncia pelo

fiador dos benefícios previstos nos artigos 824 e 835 do Código Civil;

15.3. Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados mediante abertura de conta corrente no banco do Brasil, vinculando-a ao contrato. Sendo que este documento deverá ser entregue no ato da assinatura. No caso da empresa optar por outra forma de garantia, o documento será entregue na Defensoria Pública, que encarregará de enviá-lo para a Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade para registro e guarda;

15.4. No caso da licitante optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de “cancelamento” e, ainda da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;

15.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando verificada que não existam pendências junto à Administração e outros encargos;

15.6. A contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

16. DAS GLOSAS

16.1. A DPE-MT poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à adjudicatária, nas seguintes hipóteses:

c) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

d) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

16.2. As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da adjudicatária no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, mês da prestação dos serviços, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da DPE-MT. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

16.3. Na hipótese de silêncio ou inércia da adjudicatária quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

16.4. A DPE-MT terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à adjudicatária, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

16.5. A DPE-MT poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

16.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

17. DAS SANÇÕES

17.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

17.1.1. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.

17.1.2. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.

17.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.

17.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização à contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

17.4. A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

17.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

17.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

17.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

17.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.



- 17.9.** A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;
- 17.10.** Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;
- 17.11.** No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).
- 17.12.** A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;
- 17.13.** A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 16.9 e 16.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;
- 17.14.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
- 17.14.1.** Execução parcial ou defeituosa dos serviços;
- 17.14.2.** Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 17.14.3.** Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atender cláusula infringida;
- 17.14.4.** Paralisação dos serviços por culpa da contratada.
- 17.15.** Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:
- 17.15.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- 17.15.2.** Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DAS ALTERAÇÕES

- 18.1.1.** Os valores registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 18.1.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as disposições aqui dispostas.
- 18.1.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à Contratante, promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 18.1.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço



praticado no mercado a Contratante:

18.1.3.1. Convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

18.1.3.2. Se frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e será realizada nova licitação.

18.1.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

18.1.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

18.1.5. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Defensoria Pública poderá rescindir a ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão da ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

18.1.6. Alterado o preço registrado dos bens, esse valerá somente para os bens decorrentes de prorrogação da ata de registro de preços depois do período de vigência da ata que é de um ano, e para as novas contratações.

18.1.7. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Defensoria Pública.

19. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

19.1. Fica vedada o acréscimo nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o [§ 1º do art. 65 da Lei nº8.666, de 1993](#), conforme disposto no § 1º do artigo 12 do [Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#).

20. DA ANTICORRUPÇÃO

20.1. Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata de Registro de Preços, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a empresa adjudicatária (art. 67 da Lei nº8.666/93).

21.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não



implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

22. DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA

22.1. A empresa adjudicatária reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

22.1.1. Rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;

22.1.2. Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

22.1.3. Fiscalizar a execução do ajuste.

23. DO DIREITO DE PETIÇÃO

23.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

24. DA VINCULAÇÃO

24.1. Vincula-se a esta Ata de Registro de Preços, o termo de referência, e a proposta apresentada pela empresa adjudicatária, respeitando o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório.

25. DOS CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos deverão ser dirimidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Lei Federal nº 10.406/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016.

26. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

26.1. A presente Ata será divulgada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso.

27. DO FORO

27.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

Cuiabá (MT), __ de _____ de 2021.

ROGÉRIO BORGES FREITAS

Primeiro Subdefensor Público Geral

EMPRESA

Rep. Legal:

TESTEMUNHAS:

1. _____

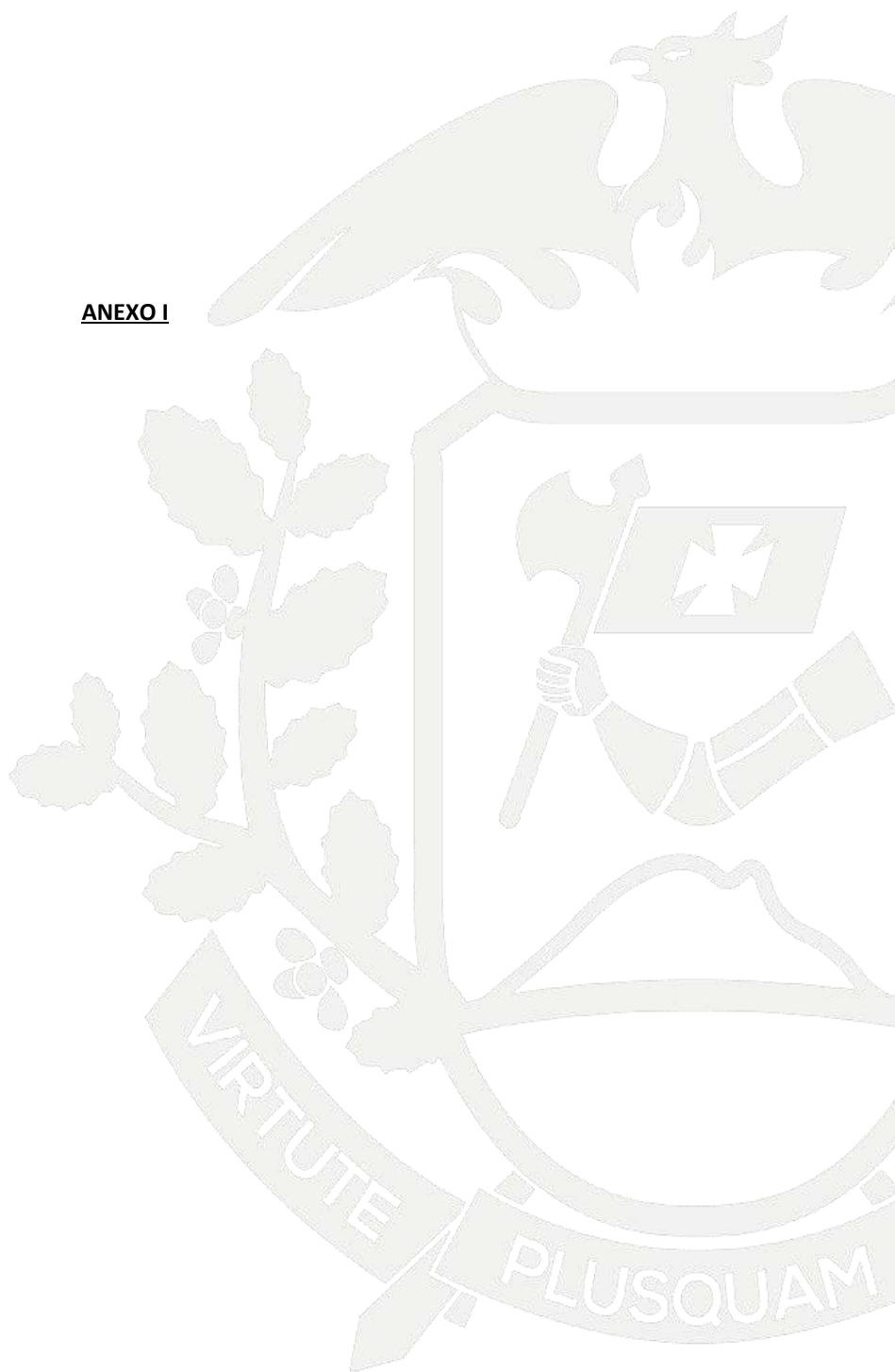
CPF:

2. _____

CPF:



ANEXO I





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário		
FORMULA DE BDI PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
Considerações:		
Foram utilizados para os calculo até duas casas decimais.		
A CPMF foi desconsiderada pois a mesma não é mais aplicada.		
FÓRMULA ADOTADA PARA O CÁLCULO DO BDI		
$PV = CD(1 + BDI)$		
Em que:		
PV = Preço de Venda;		
CD = Custo Direto;		
BDI = Bonificações e Despesas Indiretas (lucro e despesas indiretas); e		
$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$		
Onde:		
AC = taxa de rateio da Administração Central;		
S = taxa representativa de Seguros;		
R = corresponde aos Riscos e Imprevistos;		
G = taxa que representa o ônus das Garantias;		
DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;		
L = corresponde à remuneração bruta do construtor;		
I = taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda.		
BDI SERVIÇOS		
BDI=(((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)))/(1-I))-1	Percentuais (médios)	Decimais (médios)
(AC+S+G+R)	6,07%	0,0607
AC = Administração Central	4,00%	0,0400
S+G = Seguro mais Garantia	0,80%	0,0080
R = Taxa de Risco	1,27%	0,0127
DF = Despesas Financeira	1,23%	0,0123
L = Taxa de Lucro	7,40%	0,0740
I = Taxa de Tributos (Pis + Cofins + ISS)	6,65%	0,0665
Pis	0,65%	0,0065
Cofins	3,00%	0,0300
ISS	3,00%	0,0300
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - www.defensoriapublica.mt.gov.br Rua 02, esquina com a rua C, Setor A, s/n, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá, Coordenadoria de Aquisições e Contratos/ Gerência de Licitações - licitacao@dp.mt.gov.br/ pregoeiros@dp.mt.gov.br		
BDI = (((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)))/(1-I))-1	23,54%	0,2354



ANEXO II

Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - www.defensoriapublica.mt.gov.br
Rua 02, esquina com a rua C, Setor A, s/n, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá,
Coordenadoria de Aquisições e Contratos/ Gerência de Licitações - licitacao@dp.mt.gov.br/ pregoeiros@dp.mt.gov.br
Telefones: 65-3648-8421/ 36488422 /3648-8420/3648-8438





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		
ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário		
FORMULA DE BDI PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA		
Considerações:		
Foram utilizados para os calculo até duas casas decimais.		
A CPMF foi desconsiderada pois a mesma não é mais aplicada.		
FÓRMULA ADOTADA PARA O CÁLCULO DO BDI		
$PV = CD(1 + BDI)$		
Em que:		
PV = Preço de Venda;		
CD = Custo Direto;		
BDI = Bonificações e Despesas Indiretas (lucro e despesas indiretas); e		
$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$		
Onde:		
AC = taxa de rateio da Administração Central;		
S = taxa representativa de Seguros;		
R = corresponde aos Riscos e Imprevistos;		
G = taxa que representa o ônus das Garantias;		
DF = taxa representativa das Despesas Financeiras;		
L = corresponde à remuneração bruta do construtor;		
I = taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda.		
BDI SERVIÇOS		
BDI=(((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1	Percentuais (médios)	Decimais (médios)
(AC+S+G+R)	7,77%	0,0777
AC = Administração Central	5,50%	0,0550
S+G = Seguro mais Garantia	1,00%	0,0100
R = Taxa de Risco	1,27%	0,0127
DF = Despesas Financeira	1,39%	0,0139
L = Taxa de Lucro	8,96%	0,0896
I = Taxa de Tributos (Pis + Cofins + ISS)	6,65%	0,0665
Pis	0,65%	0,0065
Cofins	3,00%	0,0300
ISS	3,00%	0,0300
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - www.defensoriapublica.mt.gov.br		
BDI = (((1+(AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L))/(1-I))-1	27,54%	0,2754



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO



**MINUTA CONTRATO Nº/..... QUE
ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA
....., TENDO POR OBJETO
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA
QUE PRESTARÁ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
INFRAESTRUTURA PREDIAL, PARA ATENDER A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO
GROSSO.**

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, com sede na Rua 02, esquina com a Rua C, Setor A, s/nº, quadra 04, lote 04, Centro Político Administrativo, Cuiabá-MT – CEP: 78.049-050, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, neste ato representado pelo Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, **Dr. ROGÉRIO BORGES FREITAS**, nomeado pelo ATO Nº. 001/2019, de 03 de janeiro de 2019, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2019, inscrito no CPF/MF nº 831.989.031-49, portador da cédula de identidade RG nº 997800 - SSP/MS, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado à Empresa, localizada à, inscrita no CNPJ sob nº, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por, portador(a) do RG: e do CPF nº, considerando a autorização para a aquisição de que trata Processo nº, Parecer Jurídico, decorrente do Pregão Eletrônico nº/....., Ata de Registro de Preços nº/....., resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei nº. 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Estadual 840/17 e todas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada que prestará serviços de reformas e manutenções prediais (serviços comuns de engenharia), com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, com o maior desconto a ser aplicado na planilha de serviço e insumo constantes da tabela SINAPI, nos Setores Administrativos e Núcleos de Cuiabá e Interior da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, Núcleo

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

2.1. Para a presente contratação foi realizada a Licitação da Modalidade – Pregão Eletrônico – registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016 e da Lei Estadual n. 9.879/2013, bem como assinada e publicada a Ata de Registro de Preços nº



CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

3.1. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 10.024/2019, e dos Decretos Estaduais nº 840/2017, 8.199/2006, 572/2016 e da Lei Estadual n. 9.879/2013 e, supletivamente, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e pelas disposições de direito privado, bem como, pelas cláusulas e condições deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. Este instrumento vigorará, por xx (xx) meses, contados a partir da data da sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

4.2. Deverá ser observado o prazo de finalização da execução dos serviços, descrito na Cláusula Sexta.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E REAJUSTE

5.1. O valor total do presente contrato é de R\$ **xxx (xxxxx)**, que será pago após a conclusão do serviço e após avaliação e aprovação dos trabalhos pela equipe técnica da Contratante.

5.2. Todas as especificações para a execução da obra, seguem nos seguintes anexos:

- a) Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na planilha SINAPI;
- b) Planilha com as composições analíticas de fontes não encontrados na tabela SINAPI, se for o caso;
- c) Projeto Arquitetônico ou complementares, se for o caso;
- d) Memorial descritivo dos serviços e memória de cálculo dos quantitativos, se for o caso;
- e) Cronograma físico e cronograma físico-financeiro, se for o caso;

5.2. O valor do presente **CONTRATO** poderá ser revisto nos termos do art. 65, inciso II, alínea 'd' da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que o pedido esteja devidamente fundamentado, visando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

5.3. Não será concedido reajuste por índice inflacionário.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRA

6.1. A empresa contratada se obriga a iniciar o serviço objeto deste instrumento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Serviço e e-mail encaminhado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física.

6.2. A solicitação será feita pela Defensoria Pública à empresa a ser contratada, após assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, mediante Ordem de Serviço.

6.3. A empresa deverá cumprir os prazos estabelecidos no cronograma físico-financeiro, sendo a execução da obra por um período de xx **dias**.

6.4. Para os reparos corretivos emergenciais, a empresa deverá manter serviços de plantão 24 (vinte e quatro) horas e, quando for o caso, realizá-los em até 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço.



- 6.4.1.** Consideram-se reparos corretivos emergenciais, aqueles ocasionados por descargas atmosféricas, quedas de árvores, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.
- 6.5.** Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo por um servidor da Coordenadoria de Infraestrutura Física.
- 6.6.** Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.
- 6.7.** Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.
- 6.8.** Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cujas amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da FISCALIZAÇÃO.
- 6.9.** Caso a contratada identifique durante a execução de um serviço corretivo a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento.
- 6.10.** A Contratada deverá fazer a movimentação e eventuais desmontagens e remontagens de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com manta plástica.
- 6.11.** A Contratada deverá realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, imediatamente após a conclusão dos serviços, seguindo-se a limpeza do local.
- 6.12.** A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do canteiro de obras com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.
- 6.13.** Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.
- 6.14.** Os serviços efetuados serão objetos de constante avaliação com o escopo de averiguar sua conformidade quantitativa e qualitativa, não eximindo a responsabilidade de execução dos serviços por parte da Contratada.
- 6.15.** Os serviços considerados defeituosos deverão ser corrigidos imediatamente.
- 6.16.** Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 10 (dez) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 10 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.



6.17. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: Após a comunicação formal do término dos serviços, o fiscal do Contrato efetuará o recebimento provisório em até 15 (quinze) dias úteis, relacionando os itens pendentes ou que não estão em conformidade com o presente Termo de Referência, os quais deverão ser sanados pela contratada no prazo fixado pela Fiscalização. Em até 15 dias após o saneamento das pendências fixadas no Termo de Recebimento Provisório, deverá ser emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

6.18. O regime de execução será indireta por preço unitário, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA GARANTIA DO SERVIÇO

7.1. A garantia dos serviços deverá cobrir material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou erro de instalação. Durante o período de vigência da garantia, o produto deverá ser reparado ou a peça substituída sem ônus para a Instituição.

7.2. Quando se tratar de algum pequeno reparo ou substituição de materiais a garantia deverá ser de 01 (um) ano.

7.3. Quando se tratar de uma reforma, a garantia deverá ser de 05 (cinco) anos, conforme termo contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste, a Empresa contratada se compromete a:

8.1.1. Após a homologação da licitação, assinar o contrato, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

8.1.2. Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

8.1.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

8.1.4. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.1.5. Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

8.1.6. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

8.1.7. Executar a prestação, de acordo com a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ARP, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;



- 8.1.8.** Manter, durante o prazo de vigência do contrato, e ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;
- 8.1.9.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;
- 8.1.10.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;
- 8.1.11.** Os preços ofertados pela empresa deverão incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 8.1.12.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 8.1.13.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 8.1.14.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 8.1.15.** A empresa contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto contratado, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ARP, contrato e /ou documento equivalente;
- 8.1.16.** Fornecer objeto dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;
- 8.1.17.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;
- 8.1.18.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.1.19.** Caso uma única empresa vença os 06 (seis) itens para a execução dos serviços, esta deverá dispor obrigatoriamente de equipes suficientes para atender a 3(três) Polos de forma simultânea, pois poderão ser expedidas Ordens de Serviços visando atender a três Polos ao mesmo tempo;
- 8.1.20.** Dispor de pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, no regime desta contratação, sem interrupção da prestação dos serviços, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença médica, falta ao serviço, greve, demissão e outros motivos análogos obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;
- 8.1.21.** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.1.22.** Providenciar, sempre que necessário, a manutenção corretiva de equipamentos para a solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade de serviços;

- 8.1.23.** A empresa deve manter seu pessoal uniformizado, além de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) necessários;
- 8.1.23.1.** Os funcionários que não estiverem uniformizados serão proibidos pelos Fiscais de execução de adentrarem ao Prédio para executar os serviços, e a empresa sofrerá as sanções que dispõe a Lei 8.666/93;
- 8.1.24.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados eventualmente acidentados ou com mal súbito;
- 8.1.25.** Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas de Segurança e Medicina do Trabalho, assim como as orientações de prevenção de incêndio nas dependências da Contratante;
- 8.1.26.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no tocante ao fornecimento dos serviços/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no presente Termo;
- 8.1.27.** A inexecução de qualquer serviço, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 8.1.28.** Fiscalizar o perfeito cumprimento daquilo a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelos fiscais de contrato;
- 8.1.29.** Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 8.1.30.** Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, ao Órgão/Entidade contratante cabe, a qualquer tempo, checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento;
- 8.1.31.** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do contrato em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximirá a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 8.1.32.** Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do presente Termo correrão por conta exclusivos da contratada;
- 8.1.33.** Deverá ser observado o percentual do ISSQN (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza) do(s) município(s) onde o(s) serviço(s) de manutenção predial estiver(em) sendo executado(s);
- 8.1.34.** A contratada deverá se atentar para as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 8.666/93 e alterações, e na Lei n. 10.520/2002, Decreto Estadual 840/2017, além de outras legislações pertinentes.



8.1.35. Deverá, no que couber, adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

8.1.36. No que couber, a contratada, nos termos da Lei Estadual n.º 9.879, de 07 de janeiro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 1.891, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre a reserva de vagas de trabalho a presos e egressos do Sistema Penitenciário Estadual nas contratações de mão de obras e serviços pelo Estado de Mato Grosso DEVERÁ disponibilizar, na execução do contrato, vagas aos presos, egressos, cumpridores de penas e medidas alternativas com o auxílio do cadastro mantido pela Fundação Nova Chance (FUNAC) na seguinte proporção:

8.1.36.1. até 05 (cinco) postos de trabalho - reserva facultativa;

8.1.36.2. de 06 (seis) a 19 (dezenove) postos de trabalho - 01 (uma) vaga;

8.1.36.3. de 20 (vinte) ou mais postos de trabalho - no mínimo 5% (cinco por cento).

8.1.37. A contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados que ocuparão as vagas disponibilizadas, sendo obrigação da contratada manter durante toda a execução do contrato tal disponibilidade de vagas, atualizando mensalmente a lista apresentada;

8.1.38. A contratada obriga-se a manter, durante todo o tempo da execução do contrato, incluindo-se aí suas prorrogações, a relação da proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e aquelas necessárias ao adimplemento do contrato, de acordo com o previsto na Lei Estadual n.º 9.879/2013 e no artigo 8º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, sob pena de multa;

8.1.39. De acordo com o Artigo 4º do Decreto Estadual n.º 1.891/2013, as contratações de presos do regime fechado e semiaberto deverão obrigatoriamente ser celebradas com a intermediação da FUNAC, nos termos do Decreto Estadual n.º 1.609/2013.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:

9.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações a serem contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da empresa fornecedoras nas dependências da Defensoria Pública;

9.1.2. Permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

9.1.3. Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/prestação dos serviços;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste contrato, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa prestadora dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;

9.1.5. Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;

9.2. Recusar os serviços nas seguintes hipóteses:

- 9.2.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 9.2.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo;
- 9.2.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 9.3.** O recebimento provisório dar-se-á, por responsável indicado pela Defensoria Pública, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias;
- 9.4.** O recebimento provisório não implica sua aceitação;
- 9.5.** O recebimento definitivo dar-se-á, pela Defensoria Pública, após a verificação do cumprimento das especificações do produto/prestação do serviço, nos termos deste e da proposta vencedora, no prazo de até 10(dez) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias, ou em até 15 (quinze) dias úteis, quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório;
- 9.4.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto nº 840/2017, bem como o Decreto 8.199/2006, após o recebimento dos serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente até o 30º (trigésimo) dia, desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da contratante;
- 9.5.** Exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiver sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA POSSIBILIDADE DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1.** Será permitida a subcontratação parcial, sem prejuízo ao objeto, conforme o Art.72, da Lei 8666/1993, desde que não superem 50% do valor total do serviço solicitado.
- 10.2.** Para a subcontratação parcial deverão ser observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e atendidos os seguintes requisitos:
- a) Informação prévia à Fiscalização dos motivos da subcontratação, da identificação da subcontratação e das razões da escolha;
 - b) Atendimento pela subcontratada, no que couber, das condições de habilitação e das disposições do edital e do contrato, mediante a apresentação da documentação pertinente à Fiscalização.
- 10.3.** A Contratada, independente da subcontratação parcial, permanece responsável pela execução do objeto contratado, respondendo pela qualidade e exatidão dos trabalhos subcontratados, sendo, ainda, perante a Contratante, responsável solidária com a subcontratada junto aos credores desta, no que se refere aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e pelas consequências dos atos e fatos a esta imputáveis.
- 10.4.** A Fiscalização, após analisar a solicitação da Contratada referente à subcontratação parcial, deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da solicitação,

podendo solicitar outros documentos além dos apresentados, ou os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a Contratada atender à solicitação no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes do presente contrato ocorrerá por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
10101.0001.03.122.036.2005.9900.339000000.300.1.1

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado da seguinte forma:

12.1.1. Quando o serviço for realizado no prazo inferior a 30 (trinta) dias: após o término do serviço, será verificada a conformidade quantitativa e qualitativa do serviço, e após o recebimento definitivo por esta Instituição, deverá ser emitida a Nota Fiscal dos serviços para atesto do fiscal e posterior pagamento.

12.1.2. Quando o serviço for realizado no prazo superior a 30 (trinta) dias: o cronograma físico-financeiro deverá ser rigorosamente seguido. Serão realizadas medições mensais dos serviços, para tanto, a fiscalização deverá elaborar a planilha de medição, após solicitação formal da empresa, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa dos serviços executados no período. Após fechada a planilha e apresentada à Contratada, esta deverá emitir Nota Fiscal que será atestada pelo fiscal do Contrato e posterior pagamento.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, fato que não gera direito a reajuste de preços ou à atualização monetária.

12.3. Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da contratada e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

12.4. A documentação de cobrança não aceita pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso será devolvida à contratada para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização.

12.5. Caberá ao Fiscal do Contrato ter o pleno controle das Notas Fiscais emitidas até sua totalidade, perfazendo 100% do estimado em Ordem de Serviço.

12.6. A administração se reserva o direito de não receber os serviços que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste Termo de Referência, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

12.7. A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a contratante pleitear acréscimo após a entrega das propostas.

12.8. Caso haja alguma pendência de serviços ou irregularidade fiscal, que conste dos serviços medidos pelo Fiscal, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após situação regular e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Administração.

12.9. A contratada indicará no corpo da Nota Fiscal o número da Nota de Empenho, nome do banco, agência e conta corrente, onde deverá ser feito o pagamento e será efetuado via ordem bancária, bem como o número do contrato;

12.10. Junto às Notas Fiscais a contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual 8.199/2006;

12.11. No preço apresentado na proposta deverão estar incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

12.12. A critério da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, os créditos existentes em favor da contratada poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;

12.13. A não disponibilização das informações e/ou documentos exigidos no item 12.9 e 12.10 caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a contratada à aplicação da penalidade legalmente cabível;

12.14. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal/fatura de prestação de serviços apresentada pela contratada, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

12.14.1. Execução parcial ou defeituosa dos serviços;

12.14.2. Existência de débito da contratada para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, proveniente da execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;

12.14.3. Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a contratada atenda cláusula infringida;

12.14.4. Paralisação dos serviços por culpa da contratada.

12.15. Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a contratada:

12.15.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

12.15.2. Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GLOSAS

13.1 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à contratada, nas seguintes hipóteses:



e) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de bens, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

f) Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

13.2 . As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, mês do serviço/fornecimento, valor recursado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

13.3 Na hipótese de silêncio ou inércia da contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

13.4 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

13.5 A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

13.6. Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.1. A fiscalização será exercida por um representante da Defensoria Pública, designado pelo Órgão, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratada (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

14.2. Tal Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Defensoria Pública ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, acarretando as consequências do art. 80, todos da Lei nº 8.666/93, atualizada;

15.2. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não dará à contratada direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;



15.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da contratante, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

15.4. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela contratante, previstas no presente contrato e comprovadamente realizadas pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1. Sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 10.520/02 e o Decreto Federal nº 10.024/2019, no que couber, na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, a Administração poderá, isoladamente ou cumulativamente, aplicar a contratante, nas hipóteses de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente; fraude na execução do contrato; comportamento inidôneo; cometimento de fraude fiscal; não manutenção da proposta e não sendo suas justificativas aceitas pela Administração, as seguintes penalidades:

16.1.1. Advertência por escrito, no caso de irregularidades de pequena monta;

16.1.2. Multa de mora, quando da inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, que será aplicada por infração e graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

16.1.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

16.1.2.2. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 15º (décimo quinto) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço/fornecimento não realizado;

16.1.2.3. 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso subsequente ao 15º (décimo quinto), sobre o valor da parte do serviço/fornecimento não realizado, até o 30º (trigésimo);

16.1.2.4. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.1.3. Para fins de cálculo do valor total em multas porventura devido pela contratada, considerar-se-á o somatório entre todas as penalidades desta espécie, aplicadas conforme o número de infrações verificadas e a quantidade de dias em que estas ocorrem;

16.1.4. Para os casos de multas não previstas neste Edital, aplicar-se-á o valor de até 2% (dois por cento) sobre o total empenhado, apurado até o momento da respectiva ocorrência, ou sobre o valor total contratado no caso de atraso ou recusa imotivada em assinar a ata de registro, contrato ou outro instrumento equivalente;

16.1.5. Ainda, o descumprimento injustificado das condições estabelecidas no cronograma de cada serviço estará sujeito às penalidades e condicionará a contratada às seguintes multas:

16.1.5.1. Quanto ao atraso no início de cada serviço:

a) Atraso de até 03 (três) dias úteis no início do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;



- b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;
- c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

16.1.5.2. Quanto ao atraso para finalizar o serviço:

- a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega do serviço, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;
- b) A partir do 4º dia útil até o 7º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço;
- c) A partir do 7º dia útil até o limite do 10º dia útil, multa de 4% (quatro por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviço emitidas para o serviço, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 10º dia útil de atraso.

16.1.5.3. Quanto ao atraso para entrega de ART/RRT paga, quando solicitado pela Coordenadoria de Infraestrutura Física:

- a) Atraso de até 03 (três) dias úteis para entrega da ART/RRT recolhida e paga, notificação pela Coordenadoria de Infraestrutura Física através de e-mail;
- b) A partir do 4º dia útil até o 10º dia útil, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor contratado nas Ordens de Serviços emitidas para o serviço.

16.1.6. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado por Ordens de Serviços – O.S. emitidas.

16.1.7. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão/Entidade competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa.

16.2. Sem prejuízo de outras sanções e multas, poderá incorrer nas seguintes penalidades:

16.2.1. Suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por até 02 (dois) anos;

16.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, depois de ressarcido dos prejuízos causados;

16.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso e descredenciamento do SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se o licitante ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta,

falhar ou fraudar na execução do compromisso consignado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

16.2.3.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.3. A multa eventualmente imposta a contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

16.4. As multas e sanções previstas neste Edital não eximem a contratada da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seus atos venham a causar à Administração.

16.5. Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração, a contratada ficará isento das penalidades mencionadas.

16.6. As sanções descritas acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

16.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a Instituição.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. A contratada prestará garantia no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da devida notificação pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, em percentual equivalente a 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, podendo optar por quaisquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei 8.666/93.

17.2. Em se tratando de fiança bancária, deverá constar do instrumente a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 824 e 835 do Código Civil;

17.3. Os depósitos para garantia das obrigações decorrentes da execução do contrato, quando em dinheiro, serão obrigatoriamente efetuados mediante abertura de conta corrente no banco do Brasil, vinculando-a ao contrato. Sendo que este documento deverá ser entregue no ato da assinatura. No caso da empresa optar por outra forma de garantia, o documento será entregue na Defensoria Pública, que encarregará de enviá-lo para a Coordenadoria de Orçamentos, Finanças e Contabilidade para registro e guarda;

17.4. No caso da contratada optar pela apresentação do seguro-garantia, a apólice deverá conter cláusula de “cancelamento” e, ainda da previsão expressa de cobertura de multas contratuais;

17.5. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, quando verificada que não existam pendências junto à Administração e outros encargos;

17.6. A contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para descontar os valores referentes a eventuais multas aplicadas à contratada, bem como nos casos decorrentes de inadimplemento



contratual, e de indenização por danos causados ao patrimônio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou de terceiros, ocorridos nas suas dependências.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ANTICORRUPÇÃO

18.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA

19.1. As empresas contratada reconhecem os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

- a) rescindi-lo, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da Lei 8666/93;
- b) aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;
- c) fiscalizar a execução do ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DIREITO DE PETIÇÃO

19.1. No tocante à recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

21.1. Vincula-se a este Contrato o Edital de Pregão nº, termo de referência, e a Ata de Registro de Preços nº, respeitando o Princípio da Vinculação ao instrumento convocatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1 Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá/MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado em 03 (três) vias pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Cuiabá, xx de xxx de xxxx.

ROGÉRIO BORGES FREITAS
Primeiro Subdefensor Público Geral



XXXXX

Rep. Legal: XXXX

Testemunhas:

1) _____
CPF:

2) _____
CPF:

